



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ROSÂNGELA DA SILVA SANTOS

**HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
SUMÉ-PB**

SUMÉ- PB

2013

ROSÂNGELA DA SILVA SANTOS

**HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
SUMÉ-PB**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do Centro
de Desenvolvimento Sustentável do
Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito ao título
de Licenciada em Ciências Sociais.**

SUMÉ – PB

2013

S237h Santos, Rosângela da Silva.

História de vida de mulheres em situação de violência doméstica e familiar no município de Sumé-PB. / Rosângela da Silva Santos. - Sumé - PB: [s.n], 2013.

59 f.

Orientador: Prof. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Violência doméstica. 2. História de vida. 3. CREAS.
I. Título.

UFMG/BS

CDU: 316(043.3)

ROSÂNGELA DA SILVA SANTOS

**HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
SUMÉ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em
Ciências Sociais do Centro de
Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da
Universidade Federal de Campina Grande,
como requisito ao título de Licenciada em
Ciências Sociais.

Aprovada em ____/____/____

Prof. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos
(Orientador – CDSA/UFCG)

Prof^a. Me. Sheylla de Kassia Silva Galvão
(Examinadora Titular Interna – CDSA/UFCG)

Prof^a. Dra. Maria da Conceição Gomes de Miranda
(Examinadora Titular Externa – CDSA/UFCG)

Aos meus avós, Francisco Alves dos Santos Neto e Maria do Socorro da Silva (in memoriam), que presenciaram os primeiros passos para a concretização deste sonho, mas foram por Deus chamados antes que pudessem vê-lo realizado. Por todo amor que a mim dedicaram. **Dedico.**

AGRADECIMENTOS

A Deus por seu infinito amor, pelas bênçãos concedidas e por estar sempre ao meu lado em todos os momentos da minha vida. Obrigada, Senhor, muito obrigada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), por ter me concedido uma bolsa para o ingresso no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), possibilitando-me a iniciação do absorvente e instigante exercício de lecionar.

Aos profissionais que fazem parte da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor José Gonçalves de Queiroz, pela receptividade das intervenções do PIBID/SOCIOLOGIA nesta instituição, sobretudo a Aracele Barbosa Gomes, professora e Supervisora deste programa na referida escola, pelos ensinamentos sobre o fazer docente e acerca de questões outras da vida.

A todos os meus professores do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais por terem contribuído positivamente para meu desenvolvimento intelectual.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos e à minha co-orientadora, Prof^a. Me. Sheylla de Kassia Silva Galvão, pela dedicação e paciência durante a elaboração deste trabalho.

Ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social, local onde realizei esta pesquisa, pela cordialidade com a qual me receberam na pessoa de Iris Do Céu O. Guimarães, coordenadora da instituição e, em especial, a Dr^a Maria Alzuite Pontes Silva das Neves, pelo carinho e atenção.

A minha família, por ser a base quando me falta chão, o meu refúgio em tempos difíceis e a fonte de toda a minha alegria, coragem e perseverança. A pessoa que sou e todas as minhas conquistas são resultantes da educação, princípios e valores que em seu seio aprendi.

Aos amigos, que indubitavelmente contribuíram para a realização deste trabalho, através das energias positivas que os mesmos enviaram, inclusive dos que distantes estavam e não podiam me abraçar, senti afagarem-me em suas palavras e demonstrações de afeto em cada etapa realizada.

Obrigada!

Toda dor pode ser suportada se sobre ela
puder ser contada uma história.

Hannah Arendt

RESUMO

A violência doméstica e familiar contra a mulher é um dos problemas sociais apontados principalmente pelo movimento feminista e de mulheres no Brasil desde os anos 70, e que a partir de então, vem sendo amplamente debatido nos espaços públicos. O objetivo deste estudo é apreender o fenômeno da violência doméstica e familiar a partir da revisão dos casos atendidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no Município de Sumé, localizado no Cariri Ocidental da Paraíba. Em decorrência da inexistência de registros de pesquisas realizadas acerca do referido tema nesta localidade, optou-se pela pesquisa exploratória com abordagem qualitativa mediante a utilização de técnica de história de vida, sendo a amostra do estudo constituída por três (03) mulheres que sofreram este tipo de violência especificamente física. Para tanto, utilizou-se como instrumento de coleta de dados, um roteiro de condução de entrevista, contendo vinte (20) perguntas distribuídas em três (03) blocos temáticos. Os dados obtidos na pesquisa demonstraram que as entrevistadas sofreram em consequência da violência doméstica durante a infância, bem como apontaram alguns elementos recorrentes na dinâmica da violência, tais como, a presença do álcool, enquanto um agente catalisador da violência e o ciúme. Constatou-se também, que estas possuíam conhecimento de outras mulheres que foram agredidas por seus companheiros, mas que não dirigiram-se a nenhuma instituição para enfrentamento deste problema, o que possibilitou percebermos uma maior extensão do mesmo. Estas foram algumas considerações sobre os resultados da pesquisa que longe de serem conclusivos suscitam diversas indagações sobre o fenômeno estudado.

Palavras-chave: Violência Doméstica, História de Vida, CREAS.

ABSTRACT

Familiar and domestic violence against woman is one of the social problems pointed out mainly by the feminist movement and women in Brazil since the 70s, and since then, has been widely debated in public spaces. The objective of this study is to apprehend the phenomenon of familiar and domestic violence based on the review of cases attended by the Specialized Reference Center for Social Assistance (SRCSA) in the City of Sumé, located in Western Cariri of Paraíba. Due to the absence of research records performed on the referred issue in this location, we have opted for the exploratory research with a qualitative approach by using the technique of life story, being the sample of the study constituted by three (03) women who have suffered this kind of specifically physical violence. For that, we have used as a means of data collection, a roadmap for conducting interviews, containing twenty (20) questions divided into three (03) thematic blocks. The data obtained in the research have shown that the interviewed women have suffered due to domestic violence during childhood, and pointed out some recurring elements in the dynamics of violence, such as the presence of alcohol as a catalytic agent of violence and jealousy. We have also found that they were aware of other women, who had been assaulted by their partners, but did not address to any institution for facing this problem, making it possible for us to realize a greater extension of that. These were some considerations about the results of the research that far from being conclusive raise several queries about the studied phenomenon.

Key-words: Domestic Violence, Life Story, SRCSA.

LISTA DE SIGLAS

CIDH	COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
CEJIL	CENTRO PARA A JUSTIÇA E O DIREITO INTERNACIONAL
CLADEM	COMITÊ LATINOAMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER
CRAS	CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CREAS	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEAMS	DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DE ATENDIMENTO À MULHER
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IML	INSTITUTO MÉDICO LEGAL
MUNIC	PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS
OEA	ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
SPM	SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES
STJ	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 PRINCÍPIOS TEÓRICOS.....	12
2.1 Violência(s): de gênero, doméstica e familiar.....	12
2.2 Violência doméstica e familiar contra a mulher	13
2.3 Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil.....	17
3 PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	24
3.1 Cenário da pesquisa	24
3.2 Participantes do estudo	25
3.3 Instrumento de coleta de dados	26
3.4 Processos de coleta dos dados	26
3.5 Procedimentos de análise dos dados	27
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS: HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	29
4.1 A infância.....	29
4.2 Casamento/envolvimento afetivo	33
4.3 Violência e atendimento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	53
ANEXOS	56

1 INTRODUÇÃO

Pelas proporções que tomou a violência contra a mulher, sobretudo a doméstica e familiar no Brasil, a mesma teve que ser incluída, principalmente por meio de pressões sociais, a ações estatais visando prevenir e combater esse problema, sendo indispensável a criação de políticas públicas destinadas a esse fim.

As instituições estatais tornam-se, a este modo, imprescindíveis para a promoção da igualdade de gênero e/ou auxílio à conquista de autonomia da mulher, haja vista que nas sociedades ocidentais contemporâneas, permanecem resquícios de uma cultura androcêntrica (“machista”), que ainda vê a mulher como o sexo frágil e, por isso, inferior ao homem, considerado por muito tempo o sexo forte das relações sociais.

Em vista disso, têm-se, no cenário brasileiro, diversos mecanismos para o enfrentamento deste problema, a exemplo da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Lei nº 11.340, promulgada em 2006.

Diante destas conjunturas, pretende-se, a partir desta pesquisa, apreender o fenômeno da violência doméstica e familiar a partir da revisão dos casos atendidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Sumé, localizada no Cariri Paraibano. Averiguando, por conseguinte, qual é a dinâmica da violência que as mulheres entrevistadas vivenciam, o que existe em comum na vida de três caririzeiras que se encontram em situação de violência, pergunta-se qual a representação social a respeito da violência doméstica para as mulheres envolvidas no problema.

Destarte, este trabalho encontra-se organizado em três capítulos. O primeiro versará sobre os princípios teóricos utilizados para compreender o fenômeno estudado, ao fazer uma distinção conceitual entre a violência de gênero, doméstica e familiar, bem como pontuar as principais referências teóricas sobre estas. Além disso, aborda como a violência doméstica e familiar, enquanto problema social, vem sendo enfrentado no Brasil.

O segundo capítulo contemplará o percurso metodológico, caracterizando o universo da pesquisa, indicando qual tipo de estudo, como foram coletados os dados, o instrumento utilizado para tal, bem como a maneira pela qual os dados foram analisados.

O terceiro capítulo, por sua vez, abordará os resultados e discussões da pesquisa e contempla a história de vida das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, discorrida em três categorias de análise: a *Infância*, que diz respeito à relação das entrevistadas com a família, *Casamento/envolvimento afetivo*, concernente à relação destas

com os namorados e/ou cônjuges e a categoria *Violência atendimento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)*, que se refere à maneira como as entrevistadas refletem sobre a violência doméstica à qual estavam/estão submetidas, bem como ao atendimento nessa instituição.

Por fim, subsequente a este último capítulo, encontram-se as considerações finais acerca do trabalho realizado, que apontam, em linhas gerais, as reflexões obtidas através da pesquisa. Como a própria intitulação sugere, são apenas considerações, e, portanto, não designam conclusões acerca do fenômeno estudado.

2 PRINCÍPIOS TEÓRICOS

2.1 Violência(s): de gênero, doméstica e familiar

A violência não é um fenômeno atual, estando presente em todos os períodos históricos pelos quais passou a humanidade. “Ninguém que se dedique à meditação sobre a história e a política consegue se manter ignorante do enorme papel que a violência desempenhou sempre nas atividades humanas” (ARENDDT, 2004, p. 07). Etimologicamente,

Violência deriva do latim, *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego da força física, ou os recursos do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar o ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente (MACHADO apud ZALUAR, 2010, p. 124).

Um dos tipos de violência estudado na contemporaneidade por diversas áreas do saber é a violência contra a mulher, sobretudo a que ocorre em âmbito doméstico e familiar. “A literatura sobre violência contra as mulheres tem suas origens no início dos anos 80, constituindo uma das principais áreas temáticas dos estudos feministas no Brasil” (SANTOS & IZUMINO, 2005, p. 2).

Alguns equívocos são cometidos na teorização desse problema, pois comumente faz-se a abordagem conceitual de violência contra a mulher enquanto sinônimo de violência de gênero. Para esclarecer essa incongruência, faz-se imprescindível compreender que gênero consiste em um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, bem como uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1993). Dito isto, torna-se inteligível o conceito de violência de gênero utilizado por Saffioti e Almeida, que

utilizam a expressão violência de gênero para designar um padrão específico de violência que ‘visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuais que subalternizam o gênero feminino’; e ‘amplia-se e reatualiza-se na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado’. Mostram estas autoras, que a violência de gênero apresenta duas faces: “é produzida no interior de densas relações de poder, objetivando o controle da categoria que detém sua menor parcela; e releva impotência de quem a perpetra para exercer a exploração-dominação” (ALMEIDA apud SAFFIOTI & ALMEIDA, 1998, p. 18).

Assim, mesmo sendo mais amplamente difundida a violência de gênero no sentido do homem contra mulher, esta, em sua amplitude, pode ocorrer tanto entre as mulheres quanto entre os homens (SAFIOTTI, 1999). Sucede que, mesmo ao considerar a ocorrência desta violência entre pessoas de mesmo sexo, Saffioti em suas abordagens enfatiza a que é perpetrada pelos homens contra as mulheres e, ainda, enquanto sinônimo de violência contra a mulher.

Apesar de usar o conceito de gênero e desenvolver uma nova terminologia nas suas discussões sobre violência contra as mulheres, Safiotti não incorpora esse conceito na sua definição de “violência de gênero”. Isto porque a autora não abandona o paradigma do patriarcado e continua definindo violência como expressão da dominação masculina. Nas palavras de Safiotti, “paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição aos homens, inscrito nas *relações de gênero*” (SANTOS & IZUMINO, 2005, p. 12).

Outra ambiguidade conceitual é cometida ao denominar violência familiar e a violência doméstica como sinônimas. A violência familiar “envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em consideração a consanguinidade e a afinidade entre eles, podendo ocorrer no interior do domicílio ou fora dele” (SAFFIOTI, 1999, p. 83).

A violência doméstica, por sua vez, possui características de sobreposição com a familiar, atinge homens, ainda que na minoria dos casos e predominantemente crianças e mulheres (ALMEIDA, 1988). Esta tem como *locus* o domicílio, onde a agressão acontece e, portanto, pode atingir pessoas que não pertencem à família, mas habitam neste ambiente, parcial ou integralmente, como é o caso dos agregados e empregados domésticos (SAFIOTTI, 1999). Apesar das semelhanças, esses tipos de violência diferem fundamentalmente em relação ao local onde as agressões ocorrem.

2.2 Violência doméstica e familiar contra a mulher

No Brasil, a violência à qual diversas mulheres estavam submetidas no âmbito doméstico e familiar ganhou visibilidade principalmente por meio dos movimentos e mobilizações feministas no final dos anos setenta. Essas lutas travadas ampliaram no início da década de oitenta a denúncia dos espancamentos e dos maus tratos conjugais, o que impulsionou a criação de Serviços de Atendimento a Mulheres “vítimas de violência” e a criação dos Grupos SOS Mulher e Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (ARAÚJO et al, 2004). É nesse contexto que o termo violência contra a mulher passa a ser utilizado.

Após essa visibilidade, mediada pelo princípio de que *o pessoal é político*, diversos debates foram estabelecidos nos espaços públicos, sobretudo nas academias nas quais estudos foram realizados, a fim de compreender tais questões suscitadas pelos movimentos, dentre elas, a violência doméstica contra a mulher. Como referências para esses estudos acadêmicos, têm-se as seguintes correntes teóricas: a **dominação masculina**, **dominação patriarcal** e a **relacional**, teorizadas consecutivamente por Marilena Chauí, Heleieth Saffioti e Filomena Gregori.

A dominação masculina compreende a violência contra a mulher como expressão de dominação desta pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto como “cúmplice” dessa dominação, sendo esta violência decorrente de uma ideologia que define a condição “feminina” como inferior à “masculina”. (SANTOS & IZUMINO, 2005).

Segundo Santos & Izumino, Marilena Chauí é a principal expoente desta corrente, a qual afirma que a cumplicidade exercida pelas mulheres “não se baseia em uma escolha ou vontade, já que a subjetividade feminina é destituída de autonomia. [...] são ‘cúmplices’ da violência e contribuem para a reprodução de sua ‘dependência’ porque são ‘instrumentos da dominação masculina’” (SANTOS & IZUMINO apud CHAÚÍ, 2005, p. 4).

A esse modo, a autora percebe os homens em uma posição instituída de autonomia e conseqüentemente em uma condição de superioridade, haja vista que desenvolve a hipótese de que “as mulheres foram constituídas heteronomamente como sujeitos, o que significa tomá-las como uma subjetividade em que falta algo que é imprescindível para a categoria sujeito: a autonomia do falar, do pensar e do agir” (GREGORI apud CHAÚÍ 1993, p.132).

Porém, Pierre Bourdieu, em seu livro intitulado *A dominação masculina*, atenta ao fato de que os próprios homens também são vítimas desse tipo de dominação. Nas palavras do autor,

Se as mulheres, submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, a negá-las, fazem a aprendizagem das virtudes negativas da abnegação, da resignação e do silêncio, os homens também estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas, da representação dominante (BOURDIEU, 2010, p. 63).

As ideias destes autores são convergentes ao apontarem a participação das mulheres na manutenção e reprodução da dominação masculina. Bourdieu (2010) também assevera que a visão androcêntrica, base desse tipo de dominação, é constantemente

legitimada pelas próprias práticas que ela determina, uma vez que suas disposições resultam da incorporação do *preconceito desfavorável* contra o feminino, instituído na ordem das coisas, e o qual as mulheres não podem senão confirmá-lo.

Tal concepção encontra-se presente na análise de Maria Amélia de Azevedo, na qual as mulheres estão sujeitas a uma violência simbólica que equivale à ideologia machista, isto é, a uma “visão de mundo formulada pelo dominador com fins de produzir uma mistificação para garantir a complacência do dominado” (GREGORI apud AZEVEDO, 1993, p. 127). Bourdieu, ao desenvolver também este conceito, afirma que:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mas que de instrumentos de conhecimentos que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural (BOURDIEU, 2010, p.47).

Percebemos, então, que nessas abordagens a mulher é entendida enquanto um sujeito sem autonomia, vítima de uma dominação que é imperceptível para elas e, além disso, não é vislumbrada uma maneira pela qual houvesse modificação dessa ordem, visto que sob esse prisma, a dominação é naturalizada e constantemente reproduzida.

Diferentemente, a segunda corrente, a *dominação patriarcal*, “influenciada pela perspectiva feminista e marxista, compreende este tipo de violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino” (SANTOS & IZUMINO, 2005, p.148).

Nesta perspectiva, “a violência doméstica tem um gênero: o masculino, qualquer que seja o sexo físico do/da dominante” (SAFFIOTI apud WELZER-LANG, 1999, p. 84). Uma vez que, mesmo nos casos de mulheres agressoras, estas estariam praticando o exercício da função patriarcal ou viriarcal (SAFFIOTI, 2009).

Assim, a violência seria um instrumento masculino para exercer e manter a dominação sobre a mulher, que, mesmo considerada neste enfoque enquanto um sujeito autônomo, afirma-se que só consegue romper com a situação de violência na qual se encontra, via de regra, com auxílio externo (SAFFIOTI, 2009). Muito embora, lembre Saffioti:

A sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro, há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isto equivale a dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira (GALVÃO apud SAFFIOTI, 2004).

A terceira corrente, nomeada de *relacional*, “relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é ‘vítima’ senão ‘cúmplice’” (SANTOS & IZUMINO, 2005, p. 2).

Em relação a esta cumplicidade, assinala Filomena Gregori (1993), principal referência desta corrente, que a mulher coopera na sua produção como um não sujeito, pois ajuda a criar o lugar no qual o prazer, a proteção ou o amparo se realizam desde que se ponha como vítima. Esta cooperação a autora denomina como o “buraco negro” da violência contra a mulher, isto é, situações em que a mulher se produz e não é apenas produzida, enquanto não-sujeito.

Com isso, não se trata, segundo esta perspectiva, de culpar as vítimas, mas compreender os contextos nos quais a violência ocorre e os significados que assumem. A violência sob esta ótica pode ser uma forma de comunicação entre os parceiros, ainda que seja uma maneira perversa de estabelecê-la (GREGORI, 1993).

Esta é a ideia central que perpassa a análise desta autora, contrariando a comumente defendida pelos estudos feministas da década de 80, e não exclusivamente deste período, os quais apontavam a mulher enquanto seres vitimados. Sobre este argumento feminista acerca da condição da mulher ela afirma:

Desde que ela não é sujeito constituinte de sua situação ou destino, é vítima, inclusive quando age contra os outros. Esta é uma noção que leva a argumentação a um dilema cujos efeitos são pouco favoráveis à ação política no combate à violência. O "vitimismo" é o pior caminho, seja para compreender o fenômeno, seja para estimular a ocorrência de transformações substantivas nas relações entre os sexos (GREGORI, 1993b, p.143).

Ao analisar esse tipo de violência, é igualmente importante considerar que o poder permeia as relações de gênero. Para Hannah Arendt (2004, p. 27), “o poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo”.

Partindo deste conceito de poder, o enfoque de Gregori (1993) na abordagem teórica *relacional* difere tanto da que é realizada através da *dominação masculina* quanto da *dominação patriarcal*, uma vez que estas últimas consideram que o homem detém a maior parcela de poder.

Ao criticar a abordagem de Chauí e Gregori, ao apontarem as mulheres como cúmplices da violência, Saffioti (1999) afirma que não há condições para que isso proceda,

haja vista que as relações de poder são assimétricas, ficando a mulher com a menor parcela. Assim, a cumplicidade só poderia existir se estas possuíssem a parcela de poder equivalente a dos homens.

Atenta-se ao fato de que nestas abordagens, a violência é percebida enquanto instrumento para garantir a dominação masculina, dominação esta, pautada nas relações de poder. Difere apenas a *relacional*, por considerar que a violência pode ser uma maneira de comunicação entre parceiros. Sob outro ângulo, Hannah Arendt, assinala que onde impera o poder de uma pessoa sobre a outra, o uso da violência torna-se desnecessária. Nas palavras desta autora:

O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se se deixar que percorra o seu curso natural, o resultado será o desaparecimento do poder [...]. A violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo (ARENDR, 2004, p. 35).

Ponderamos que sejam estes alguns dos embates teóricos primordiais para a compreensão da violência doméstica e familiar contra a mulher, enquanto um fenômeno social. Decorre disto, que os debates travados em torno deste problema, longe de terem exaurido-se, ainda suscitam diversas questões a serem esclarecidas nas academias.

2.3 Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil

Durante o curso histórico nas sociedades ocidentais, a mulher fora marcada pelas consequências das desigualdades entre os sexos, estando subordinada ao homem e sem nenhuma ou pouca representatividade política. Essas desigualdades pautadas nas relações de poder constituem-se, portanto, num problema de gênero. Porém, uma das questões fundamentais na teorização desse problema encontra-se na compreensão de que, sendo as desigualdades de gênero socialmente construídas, estas, por conseguinte, podem ser transformadas (MARIANO apud SAFFIOTI, 2003).

No Brasil, a conscientização do grau de relevância desse problema deve-se às manifestações sociais, principalmente ao movimento feminista¹, que reivindicou o reconhecimento dos direitos das mulheres enquanto minoria perante o Estado. Essa

¹ O feminismo, diferentemente dos ‘movimentos sociais com participação de mulheres’, tinha como objetivo central a transformação da situação da mulher na sociedade, de forma a superar a desigualdade presente nas relações entre homens e mulheres. [...]. Contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático (FARAH, 2004).

reivindicação é, de fato e de direito, legítima, haja vista que os líderes do Estado, enquanto uma associação complexa, proclamam que suas decisões, inclusive sua própria existência, se orientam em alcançar o bem da associação e de seus membros (O'DONNELL, 2011).

Neste sentido, perante o não cumprimento desse bem comum, cabe à população, enquanto membro do Estado, reivindicá-lo. Assim o fizeram muitos dos grupos minoritários, dentre eles as mulheres, que somente a partir de sua mobilização social conseguiram ver seus interesses validados e representados perante o estado democrático de direito.

Dentre as reivindicações realizadas pelos movimentos de mulheres e feministas, encontra-se inserida a luta pelo fim da violência perpetrada contra as mulheres em diversos espaços sociais, bem como, de maneira particular, pelo combate à violência pela qual vivenciavam em suas próprias residências, *locus* onde a maioria das agressões acontece, visto que esse tipo de violência, até algumas décadas atrás, era compreendida na sociedade brasileira enquanto um problema a ser resolvido entre o casal, no qual pessoas outras não deveriam interferir.

No entanto, essas representações sociais estão se modificando ao longo do tempo. As autoridades governantes já a veem como um grave problema social a ser resolvido, não mais em âmbito privado, mas na esfera pública. Em consequência, essa problemática ganhou relevância nos espaços de discussões, interessando tanto a pesquisadores do tema quanto aos sistemas de saúde e judiciário, entre tantos outros.

Desse modo, pelas proporções que tomou, a mesma teve que ser incluída, principalmente por meio de pressões sociais, a ações estatais, visando prevenir e combater esse problema. Tornando-se, assim, indispensável à criação de políticas públicas destinadas a esse fim.

Para termos uma visão de quão grande era o problema no Brasil, há pouco mais de uma década, convém mencionar que, de acordo com uma pesquisa realizada no ano de 2001, pela Fundação Perseu Abramo, 5.800 mulheres eram espancadas por dia, o que representa quatro mulheres agredidas por minuto e uma a cada quinze segundos (MENDES apud FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010). Em 2010, esse número decresceu de uma mulher espancada a cada quinze segundos para uma em cada 24 segundos – ou de oito mulheres espancadas a cada dois minutos para cinco mulheres, mas, ainda assim, continuou altíssimo².

² Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a situação da violência contra a mulher no Brasil (Senado Federal, 2013).

No Brasil, a partir de 2006, com a criação de uma lei específica para enfrentamento do problema, que desencadeou outras relevantes iniciativas, pode-se, então, utilizando-se das palavras de Heleieth Saffioti (1999), asseverar que de fato *já se mete a colher em briga de marido e mulher*. Mediante a promulgação da Lei nº 11.340, sancionada em 2006 pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha³, essa violência passou a ser entendida pelos órgãos estatais como violência doméstica e familiar.

Como consequência da referida lei, passa a existir um sistema de políticas públicas direcionado as mulheres. Isto somente é possível devido a união de esforços de diversos órgãos da administração pública federal e estadual, do poder judiciário e legislativo, dos ministérios públicos estaduais e defensorias públicas. Todos eles articulados entre si comprovam que a violência doméstica, como um fenômeno multidimensional que é, requer soluções igualmente complexas (Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p.11).

Esta lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher veio a suprir as lacunas da lei 9.099/95, que classificava a violência sofrida pelas mulheres em seus domicílios como um crime de menor potencial ofensivo e previa como pena para os agressores o pagamento de cesta básica ou privação da liberdade de três meses a um ano, o que acarretava em uma banalização desse tipo específico de violência. Encontra-se, inclusive, nessa nova lei, em seu Art. 41, que, “aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independente da pena prevista, não se aplica a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995” (BRASIL, 2006).

No entanto, esses avanços não foram resultado de iniciativas estatais que se conscientizaram da gravidade do problema. Foi, isso sim, fruto de articulações Nacionais e Internacionais. De acordo com Izumino (2007), um dos motivos para a aprovação da lei 11.340/06 foi a responsabilização do Estado brasileiro, em 2001, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/Organização dos Estados Americanos), no caso da senhora chamada Maria da Penha. Essa responsabilização deve-se ao descaso da justiça brasileira para com o caso desta mulher, que tem seu nome atribuído à lei, a qual ficou paraplégica em 1983 devido aos disparos de arma de fogo pelo então marido, em uma tentativa de homicídio.

³ O nome atribuído a esta lei, trata-se de uma homenagem à professora Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica devido à violência doméstica.

Sem lograr êxito nas buscas junto à justiça para uma punição compatível com a dimensão da gravidade do crime cometido, ela levou seu caso ao Centro para a Justiça e o Direito Internacional (Cejil) e ao Comitê Latino Americano e do Caribe para Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem). Estes o levaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que, pela primeira vez, acatou a denúncia de um crime de violência conjugal (FIGUEIRA apud ROMEIRO, 2011). Assim, “no relatório de julgamento desse processo, a Corte responsabilizou o Estado brasileiro por sua omissão, negligência e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres brasileiras” (IZUMINO apud PANDJIARJIAN, 2007, p. 08).

Mediante essas conjunturas, inúmeras mulheres que sofriam violência doméstica passaram a ter maior amparo legal para o problema que as afligiam. Dentre outras questões, esta medida estatal mostra que as demandas levantadas pelos movimentos sociais e demais membros da sociedade civil estão sendo ouvidas pelos seus representantes no legislativo.

A importância desses embates reflete na Lei 11.340/06, na qual são esclarecidos em quais esferas ocorrem. Assim versa a Lei, em seu Título II: Da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Capítulo 1: Disposições Gerais:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2006).

Além disso, a definição jurídica aponta, ainda, quais são as formas deste tipo específico de violência. É o que podemos perceber em seu Capítulo II: Das formas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição

contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Afora esse mecanismo institucional, outro igualmente importante no auxílio ao tratamento desta problemática é a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres⁴, que fornece a estas uma Rede de atendimento:

A rede de atendimento faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e à integralidade e humanização do atendimento (SPM, 2011, p. 14).

Ainda de acordo com a SPM, as instituições que compõem a rede de atendimento a mulheres em situação de violência são divididas em instituições de serviços não especializados de atendimento à mulher – que, em geral, constituem a porta de entrada da mulher na rede⁵ – e as de serviços especializados, que atendem exclusivamente a mulheres e que possuem *expertise* no tema da violência contra as mulheres⁶.

⁴ De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) esta rede diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência (SPM, 2011, p 13-14).

⁵ Hospitais gerais, serviços de atenção básica, programa saúde da família, delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, Centros de Referência de Assistência Social/CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social/CREAS, Ministério Público, defensorias públicas.

⁶ Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfego de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Não obstante a influência desses recursos, a violência contra a mulher ainda é um problema social que merece atenção tanto das academias quanto dos governos brasileiros, considerando-se a complexidade do fenômeno, a frequência em que ocorre e a quantidade insuficiente de instituições para tratá-lo.

Segundo os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), existia no País, em 2009, dos 5.565 municípios, 1.043 com algum tipo de estrutura direcionada para a temática de gênero, o que representa 18,7% do total de municípios brasileiros. Dos 1.794 municípios nordestinos, apenas 417 possuíam estruturas de políticas para esta temática, o que demonstra que a quantidade de instituições dessa natureza nos municípios brasileiros ainda é bastante incipiente.

De acordo com a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres⁷, a Central de Atendimento a Mulher – Ligue 180 – recebeu por dia no país, em 2011, uma média de 1.828 ligações. Das agressões relatadas, 92% eram causadas por homens, 59% das agressões aconteciam diariamente. Dessas agressões, 61% eram do tipo física. Em 47% dos casos, o agressor foi o próprio companheiro. No tocante ao tempo de relação com o agressor, em 40% dos casos, a relação existia há no mínimo 10 anos.

Estes números sobre violência contra a mulher, e principalmente a doméstica e familiar, são preocupantes para a sociedade contemporânea. Assim, por serem complexas as raízes deste fenômeno social, ainda são inúmeras as dificuldades para modificação da realidade brasileira neste aspecto, dentre estas se encontra o comportamento dos atores nas instituições responsáveis pela execução das políticas para este fim.

Uma pesquisa realizada sobre atendimento profissional prestado às vítimas nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, DEAMS, em Teresina-PI⁸, revelou o despreparo dos profissionais nestas instituições:

Parte dos profissionais tem certa dificuldade na escuta e na atenção dispensada aos relatos das vítimas. Algumas vezes fica evidente a demonstração de impaciência, pressa e tratamento mecânico nos atendimentos, sobretudo, nos setores de registro de ocorrência e coleta dos depoimentos, como mostra essa funcionária que ao registrar um Boletim de Ocorrência inicia o atendimento de forma fria e impaciente solicitando da vítima, mecanicamente, os documentos de identificação e fazendo-lhe algumas perguntas pessoais sem dirigir-lhe o olhar (MENDES, 2010, p. 06).

⁷ Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=104257&tp=1>.

⁸ Trata-se da Pesquisa intitulada *Violência Contra a Mulher em Teresina: analisando o atendimento nas Delegacias Especializadas*, realizada junto às DEAMS Zona Centro e Norte, em Teresina, no período de agosto de 2009 a julho de 2010, cujo objetivo geral era verificar o atendimento nas DEAMS a partir das condições estruturais e qualificação profissional (MENDES, 2010, p. 3).

Ressalta-se que o fato da existência legal da Lei Maria da Penha, por si só, não garante que a violência contra a mulher seja coibida, tampouco a existência de instituições de serviços especializados ou não especializados para o atendimento as mulheres.

Assim, o comportamento adequado dos atores das instituições responsáveis pela execução de tais políticas faz total diferença e torna-se imprescindível a fim de que haja eficácia nas mesmas e, a essa maneira, garanta-se que os direitos das mulheres, dentre eles, o de acesso à justiça para resolução de seus problemas, não sejam sucumbidos pelos entraves de funcionamento das instituições estatais.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

O estudo realizado trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema e, principalmente, aperfeiçoar ideias ou a descoberta de intuições, sendo o planejamento da mesma bastante flexível, possibilitando a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Como técnica de pesquisa, optou-se pela história de vida, também compreendida como entrevista em profundidade, cuja principal função é retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações. Existem dois tipos de história de vida, a completa, que retrata todo o conjunto da experiência vivida e a tópica, que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão (BONI & QUARESMA apud MINAYO, 2005).

Utilizamos a história de vida do tipo completa, não com o intuito de buscar as origens ou as causas do problema das mulheres em situação de violência a partir dos relatos de sua infância, mas para melhor compreensão do fenômeno pesquisado. Fora também escolhida por ser considerada enquanto instrumento privilegiado para análise e interpretação, na medida em que incorpora experiências subjetivas mescladas a contextos sociais (PAULILO, 1999).

Ademais, optou-se por esta por também oportunizar ao pesquisador uma melhor compreensão do ponto de vista das entrevistadas, isto é, apreender informações importantes sobre o problema em questão à medida que os sujeitos refletem sobre os momentos experienciados ao longo da sua trajetória de vida.

3.1 Cenário da pesquisa

Este estudo foi realizado no Cariri Ocidental, microrregião do Estado da Paraíba, também conhecida por Cariris Velhos, por ter sido povoada pelos Índios Cariris⁹ e Sucuru¹⁰

⁹ Os Cariris ou Kariris eram índios que se diziam ter vindo de um grande lago. Estudiosos acreditam que eles tenham vindo do Amazonas ou da Lagoa de Maracaibo, na Venezuela. Receberam dos Missionários ensinamentos dos principais ofícios e primeiras letras. Desta forma, foram classificados segundo seu grau de instrução e civilização, em Cariris Novos e Cariris Velhos. Estes últimos fixaram-se nesta região da Paraíba (FERREIRA, 2012, p. 25).

¹⁰ Os índios Sucuru eram da raça Cariri, grande nação indígena, que habitou o interior da Paraíba e parte do Ceará, dando o seu nome a duas regiões por eles habitadas: *Cariris Velhos* e *Cariris Novos*. A tribo Sucuru era dissidente dos Cariris e que após uma longa vivência nesta área, migraram em direção ao Sul, atravessando o

(FERREIRA, 2012). Esta microrregião é repleta de saberes, advindos dos indígenas. O município onde a pesquisa foi desenvolvida, localizado a 262 km da capital João Pessoa, possui um nome indígena, Sumé, que significa na língua Tupi “‘Personagem Misterioso, que pratica o bem e ensina a cultivar a Terra’. Para os indígenas Sumé era um Ser místico, curandeiro e amigo dos nativos que os teria ensinado, entre outras coisas, a arte do plantio de várias culturas, o deus da agricultura, da bonança” (FERREIRA, 2012, p. 31).

De acordo com o último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, o referido município possui uma área territorial de 838,066 km² e uma população de 16.060 habitantes. O Instituto estima que, em 2013, esta população aumente para 16.595 habitantes.

É importante ressaltar que nesta cidade não existe nenhuma instituição de serviço especializado de atendimento à mulher, como também inexistente Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, um importante mecanismo para a luta da promoção dos direitos e da cidadania das mulheres, cujos principais objetivos são:

Contribuir para criação e fiscalização das leis e das políticas relativas aos direitos da mulher, formular diretrizes e promover atividades voltadas à eliminação das discriminações e formas de violência contra a mulher e a sua plena integração na vida socioeconômica, política e cultural (MONTEIRO et al, 2012, p. 94).

Ademais, optou-se por *locus* da pesquisa uma instituição de Serviços não Especializados de Atendimento à Mulher, a saber, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), localizado à Rua Antônio Caetano S/N, bairro Alto Alegre. Tendo norteado essa escolha o conhecimento de que o CREAS é um espaço onde as mulheres – que se encontravam ou haviam estado em situação de violência – são atendidas, mas que não necessariamente teriam realizado a representação na delegacia, isto possibilitava-nos entrevistar e compreender, dentre outras questões, os motivos pelos quais algumas delas não realizaram a representação.

3.2 Participantes do estudo

A amostra do estudo foi constituída por três (03) mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Esta escolha da amostra deve-se a possibilidade dessa

quantidade de entrevistadas ser suficiente para uma análise das histórias de vida, levando também em consideração a duração da pesquisa, que se restringiu a quatro (04) meses, sem possibilidade de prorrogação. Pelas razões expostas, optou-se pela amostragem não probabilística por acessibilidade ou intencional, na qual, de acordo com Gil (2010, p. 94), o pesquisador seleciona os elementos que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão.

A seleção das participantes da pesquisa ocorreu a partir do critério destas sofrerem ou terem sofrido violência doméstica e familiar do tipo física e que concordaram e possuíam disponibilidade em participar da pesquisa.

Cientes dos objetivos da pesquisa, as mulheres que concordaram em participar da mesma expressaram sua voluntariedade mediante assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, elaborado de acordo com o que rege a resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, o qual trata das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa com Seres Humanos.

3.3 Instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados consistiu em um roteiro de condução de entrevista semiestruturada sobre a história de vida, contendo vinte (20) perguntas (ver anexo A). Esse tipo de entrevista está focalizado em um tema, sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas fundamentais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista (MANZINI, 2004).

As perguntas foram distribuídas em três (03) blocos temáticos, pelos quais discorreram as entrevistadas, a fim de melhor conduzir a pesquisa e alcançar os objetivos desta. Foram estes:

- Bloco 1 – Infância (relação com o pai e irmãos/ família);
- Bloco 2 – Casamento/envolvimento afetivo (relação com namorado(a) e/ou cônjuge);
- Bloco 3 – Violência (violência doméstica e Atendimento no Centro de Referência).

3.4 Processos de coleta dos dados

Previamente, foi entregue à Coordenadora responsável pelo CREAS a solicitação de autorização para coleta dos dados. Após seu consentimento, por via documental, iniciamos a referida pesquisa.

Para tanto, utilizamos o roteiro de condução de entrevistas já mencionado em linhas anteriores, com as mulheres que confirmaram suas participações neste estudo, mediante assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. A realização da entrevista foi conduzida pela própria pesquisadora junto às selecionadas e ocorreu do seguinte modo:

Inicialmente, a pesquisadora realizou a leitura do termo de consentimento livre e esclarecido, entregue em seguida para que a entrevistada, que decidiu participar da pesquisa, assinasse-o. As entrevistas ocorreram individualmente, utilizando-se equipamento de registro de voz (gravador) e utilização de um diário de campo para algumas anotações. Todos esses procedimentos ocorreram em uma sala reservada do CREAS, a fim de que o anonimato fosse garantido e o teor dos relatos das entrevistadas totalmente sigilosos.

No decorrer da pesquisa, as entrevistadas demonstraram estar à vontade para relatar sobre a trajetória de suas vidas, mediante a relação de empatia que foi estabelecida entre pesquisadora e entrevistadas. Talvez pelo fato de também ser a pesquisadora do sexo feminino, as tenha dado maior liberdade para que pudessem se expressar em relação à violência perpetrada por marido/ex-companheiro.

Muito embora uma das entrevistadas, antes mesmo de iniciar a entrevista, pelo fato de saber com antecedência o seu teor, já se mostrava bastante emocionada ao relatar a situação de violência a qual esteve submetida, o que, *a priori*, dificultou um pouco o início da condução da entrevista. Outra dificuldade consistiu na adequação de horários, de acordo com os disponíveis pelas entrevistadas, a fim de que estas concedessem as entrevista. Entretanto, ambas as questões apontadas não comprometeram a execução da pesquisa.

3.5 Procedimentos de análise dos dados

Após a realização das entrevistas, foi realizada a análise dos dados, que consiste em separar os elementos básicos da informação e examiná-los, de modo a responder às questões colocadas na pesquisa, bem como a sua interpretação, processo mental através do qual se procura inferir um significado mais amplo para a informação empírica colhida (ROJAS SORIANO, 2004).

A fim de que a análise e interpretação dos dados fossem realizadas, foram desenvolvidas as etapas propostas por Meihy e Holanda (2007) para a história oral, qual seja, a transcrição, textualização e a transcrição.

Na transcrição, foram colocadas as palavras ditas em estado bruto, mediante utilização de um programa editor de textos (Microsoft Word), na qual perguntas e respostas foram mantidas, bem como gestos e repetições de palavras. Na textualização, foram retiradas as perguntas e traços de oralidade. Após isso, fora realizada a transcrição, o texto na versão final para melhor comunicar o sentido e a intenção do que foi registrado.

Estas etapas foram realizadas levando em consideração a sequência dos blocos temáticos que conduziram as entrevistas, utilizados enquanto categorias de análise das histórias de vida. No capítulo sobre os resultados e discussões utilizam-se também trechos das entrevistas retirados da etapa de textualização.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS: HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Como mencionado no capítulo anterior, *Percursos metodológicos*, esta pesquisa foi desenvolvida mediante utilização de roteiro de entrevista, o qual se encontra dividido em três blocos temáticos, que significam, portanto, três categorias de análise. A categoria *Infância* diz respeito à relação das entrevistadas com a família, *Casamento/envolvimento afetivo* concerne à relação delas com namorados e/ou cônjuges e, por sua vez, a categoria *Violência/atendimento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)* refere-se às reflexões que as entrevistadas realizam sobre a violência doméstica à qual estavam/estão submetidas, bem como ao atendimento no CREAS.

Isto posto, averiguaremos quais elementos são recorrentes nas histórias de vida das entrevistadas, salientando, entretanto, que não se trata de um estudo comparativo. Por questões éticas e a fim de garantir o anonimato das entrevistas, elas estão identificadas pelos pseudônimos de Margarida, Hortência e Violeta.

4.1 A infância

As referidas histórias têm como cenário inicial o município de Sumé, localizado no Cariri Ocidental paraibano, local onde foi realizada a pesquisa e cidade natal das entrevistadas. Para analisarmos os relatos subsequentes, partiremos do princípio de que a família é comumente compreendida “enquanto o lugar por excelência da felicidade, da expressão de afetos, núcleo essencial da sociedade, destacando-se em relação às outras instituições, sendo, portanto, extremamente valorizada” (LEMOS et al apud CAPONI, 2004, p, 93).

Margarida, 37 anos, ao relatar o que recorda da infância em relação à sua família, afirma ter poucas lembranças, mas as primeiras que surgem são as cenas de violência doméstica e familiar, as quais presenciou. Além disso, recorda de ter uma vida difícil, em que muitas vezes não podia usufruir de uma parte de seu tempo para brincadeiras, destinando-o para ajudar a sua família.

Naquele tempo a gente até pra estudar, a gente tinha que tirar uma tarefa. Não tinha muito lazer, sabe? A gente tinha que trabalhar, tinha que estudar,

qualquer coisa errada que fizesse a gente apanhava. O pai da gente, o pai e a mãe batia na gente. Assim, era um tempo bem mais, em alguns pontos, um tempo bem mais difícil que esse agora (MARGARIDA, 02/07/13).

No decorrer de seu relato, é recorrente a entrevistada remeter-se à violência, o que nos possibilita problematizar a ideia constantemente associada à família como sinônimo de aconchego e segurança. Nas palavras de Saffioti, “no grupo domiciliar e na família não impera necessariamente a harmonia, porquanto estão presentes, com frequência, a competição, a trapaça, a violência (SAFFIOTI, 1999, p. 84). O trecho seguinte da entrevista revela a maneira como Margarida presenciava as agressões entre seu pai e a sua mãe, além disso, aponta os motivos os quais acredita terem desencadeado as mesmas:

Outro dia, eu lembro, eu acho que eu tinha uns sete, de sete a oito anos, a gente morava num sítio e minha mãe foi lavar uma roupa, passou o dia todinho lá no rio lavando roupa, aí quando chegou a casa, meu pai ficou brigando com ela e eu lembro que ele quebrou uns três cipós, batendo nela. A gente ver aquilo, não é? Gosta do pai, mas vê a mãe sofrer [...]. Eu só os via discutindo. Falando da demora dela, a gente não chegava a ficar perto porque não podia, mas me lembro deles discutirem porque ela demorou, porque não estava fazendo o que falou que ia fazer. Assim, por não acreditar na palavra dela, no que estava fazendo e muitas vezes também quando ela ia impedir que ele batesse na gente, tomava a frente e terminava apanhando também (MARGARIDA, 02/07/13).

Um dos motivos dos atos violentos apontados é o fato da mãe tentar proteger os filhos das agressões do próprio pai, mas como foi relatado em linhas anteriores, essa mãe, em outros momentos, também utilizava das agressões físicas para castigar sua prole. Na perspectiva da dominação patriarcal, isto se deve ao fato de que existem mulheres que maltratam seus filhos, por serem estes elementos inferiores na hierarquia doméstica e, assim como o homem, está sujeita à síndrome do pequeno poder, sendo assim, uma frequente autora de maus-tratos contra crianças (SAFFIOTI, 1999). Ainda sobre as agressões entre os pais, o ciúme aparece em seu relato como um dos possíveis elementos desencadeadores das discórdias. A entrevistada acrescenta:

Antes de viver com minha mãe, ele já tinha dois filhos e outra mulher, mas não vivia mais com ela. Depois que eles se juntaram, minha mãe falou que ele começou a procurar outra mulher escondido. Muitas vezes minha mãe saía tarde da noite vestida com roupa de homem pra tentar pegar (risos). Aí talvez muita coisa tenha acontecido também devido a isso, não é? (MARGARIDA, 02/07/13).

Ao relatar sobre sua infância, Hortência, 46 anos, também caririzeira, tem boas recordações dos momentos que vivenciou. Relata ter brincado muito, ter bons pais e uma

família unida. Em meio a estas recordações descreve as cenas de violência, as quais presenciou em sua residência:

Por causa da bebida, não é? Meu pai começava a discutir com minha mãe (choro). Até que eles são separados hoje por causa da bebida, entendeu? Ele vive num canto, ela vive noutra, não aguentou e o deixou. Mas ele é um bom pai. Lembro quando ele dava bastante nela, puxava a faca pra matá-la, por causa de ciúme, aí meus irmãos foram crescendo (choro), foram brigando... assim... entrando no meio da briga. Aí foi quando minha mãe acordou e separou dele, ele estava chegando longe demais (HORTÊNCIA, 30/07/2013).

Nesse caso, são suprimidas as expectativas existentes de que na família, “devem ser garantidos a educação, a assistência, o desenvolvimento, a segurança, satisfazendo as necessidades de seus membros e promovendo o bem-estar de cada um deles” (LE MOS et al apud CAPONI, 2004, p. 93-94), uma vez que a separação entre seus membros torna-se primordial para a garantia das suas vidas.

Hortência, assim como Margarida, atribui como uma das causas da violência entre os pais, a bebida, já que diz não recordar destes brigarem quando o pai não havia ingerido bebida alcoólica e enfatiza bastante isso:

As brigas aconteciam mais na segunda, do domingo pra segunda. Ele trabalhava a semana todinha normal, não bebia, aí quando chegava o domingo ele bebia, aí vinha pra feira na segunda e bebia também. As brigas sempre aconteciam no domingo à noite pra segunda à noite. Por causa das bebidas (HORTÊNCIA, 30/07/2013).

As feministas argumentam que “o álcool é uma espécie de estimulador para que a disfunção existente se torne visível e, simultaneamente, potencializa uma tendência à agressividade propriamente masculina” (GREGORI apud AZEVEDO, 1993, p. 142). Todavia, essa agressividade não é inata, mas se desenvolve no processo de socialização, mediante educação diferenciada para meninos e meninas.

Violeta, 29 anos, teve uma infância diferente das demais. Foi entregue a pais adotivos em decorrência de ter problemas de saúde e não poder morar com a mãe na cidade de São Paulo, mas nunca perdeu contato com a mesma. Tem boas recordações do período em que morou com os seus pais adotivos, isto é, dos dois aos doze anos de idade, na cidade de Sumé. Considera ter tido uma boa infância e boa relação com os membros da família, salvo alguns episódios de conflitos entre irmãos.

Em casa moravam dois irmãos, que os outros já eram casados, e uma irmã, um eu não me dava muito bem com ele não, porque ele gostava muito de arengar [...]. Um dia, ele pegou uma injeção que meu pai usava em um porco que estava criando e tacou em mim. Aí nesse dia meu pai de criação

bateu nele, que ele ficou com raiva de mim e foi morar na casa da minha vó de consideração. Depois disso a gente não se falou mais, até hoje a gente não se fala. Eu era muito pequena. Já o outro, o outro era muito fechado. Mas, assim, a convivência da gente, tirando esse episódio da injeção, foi muito boa, entendeu? A gente não tinha muito, muito amor um pelo outro porque era uma família assim, que não demonstrava muito carinho, mas não era uma coisa rude nem nada, era uma coisa tranquila (VIOLETA, 01/08/2013).

Em sua infância, durante a convivência diária com sua família, afirma nunca ter presenciado nenhum tipo de violência entre os pais adotivos, tampouco entre sua mãe biológica e seu companheiro. No entanto, lembra de, aos 14 anos, ter que ir morar com sua mãe biológica a pedido da adotiva, por estar com comportamentos que não a agradava e, por este motivo, teve que retornar a São Paulo, mas sentia receio do padrasto.

Fui morar com a minha mãe e meio com receio do meu padrasto... Eu tenho certo bloqueio com ele. Por quê? porque todas as vezes que eu ia tomar banho eu percebia... a gente sente quando tem alguém te observando e eu sentia muito isso. Até que um dia, a luz do meu banheiro, da minha casa lá, não ligou, que ela ligava automaticamente quando você fechava a porta, aí eu não sei o que foi que houve que não deu certo, tinha uma brechinha, nessa brecha, como estava tudo escuro, a luz de fora refletia dentro e quem passava por aquela brecha aparecia dentro do banheiro, e eu vi ele me olhando, me observando tomar banho, aí foi daí que eu fiquei com receio dele, sabe? Eu lembro que com uns seis anos também a minha mãe veio pra cá e pediu pra minha mãe que me criou pra me levar pra passar 6 meses lá com ela, que estava calor e que eu não me adaptava ao frio [...] Eu não sei, sinceramente, eu não sei se é tipo uma ilusão da minha cabeça, não sei mesmo, mas eu tenho a impressão que uma vez eu subi umas escadas, que é (pausa), minha mãe e ele eram seladores do prédio que a gente morava, eu lembro que eu ia pegar o lixo junto com ele, e [...] uma dessas vezes eu lembro dele ter tirado a calça e eu lembro dele pedir para eu mexer na genitália dele. Uma coisa que eu recordo [...]. Só que, assim, como eu era muito nova, eu não tinha como falar, ele também pode ter dito a mim, não pode dizer pra sua mãe, porque eu só tinha seis anos. Aí tudo bem, aquilo foi esquecido, eu acho que eu fiz questão de tirar da minha cabeça aquela cena e vim embora pra cá. Quando depois que eu percebi lá, já depois com 15 anos, lembrando as cenas dele me olhando tomar banho, eu fui lembrando aquele episódio que aconteceu que eu não lembro se só foi (pausa). Não! Eu lembro que só foi aquele, mas pode ter acontecido outras vezes, mas como eu era muito jovem, não é? (VIOLETA, 01/08/2013).

Embora não tenha presenciado nenhuma cena de violência entre os pais, Violeta em sua infância é violentada sexualmente pelo padrasto, violência esta que se configura como um estupro de vulnerável, por ter o padrasto praticado ato libidinoso com menor de 14 anos, crime que consta na lei nº 12.015 de 07 de agosto de 2009. Esse ato, não foi por ela comentado com sua mãe, visto que as meninas abusadas sexualmente geralmente não falam sobre isso e não o fazem pelo mesmo motivo que as pessoas que foram humilhadas e

envergonhadas irreparavelmente silenciam, já que não têm nenhuma proteção ou validação de suas integridades pessoais (BASS & THORNTON, 1985, p. 3).

Existe em comum, nessa etapa de vida das entrevistadas, o fato de que todas advêm de família nuclear¹¹ e, em algum momento da infância, sofreram em decorrência da violência doméstica e familiar, seja em nível emocional e psicológico, ao presenciarem as agressões, ou até mesmo por sofrerem esse tipo de violência física e sexualmente.

Ao serem questionadas sobre o que recordam da infância, as entrevistadas não conseguem lembrar de muitos momentos e são, portanto, bastante sucintas. Ademais, quando questionadas sobre o que rememoram dessa fase de suas vidas em relação às suas famílias, com exceção de Violeta, relatam quase que instantaneamente as cenas de violência que presenciaram entre seus progenitores.

Nos relatos de Margarida e Hortência, os pais são apontados como perpetradores da violência contra suas mães e a bebida alcóolica a principal causa das agressões, afora esta, fazem também menção ao ciúme. Essas situações, às quais as mulheres entrevistadas foram expostas enquanto crianças, evidenciam o seio familiar enquanto lugar onde conflitos se estabelecem, os quais muitas vezes resultam em violência.

A violência, presente no âmbito doméstico das entrevistadas no decorrer da infância, não se restringiu a um passado distante. No núcleo familiar que constituíram conjuntamente com seus cônjuges/companheiros, a mesma ressurge, englobando, como outrora, todos os membros da família. Ponderamos sobre isto no tópico a seguir, o qual contemplará a maneira como as mesmas discorrem a respeito de suas relações afetivas e a violência.

4.2 Casamento/envolvimento afetivo

“Desde quando a gente se conheceu, foi tudo errado”. É assim que Hortência começa a discorrer sobre a relação com o seu ex-marido. Afirma que logo no início do namoro ele apresentava comportamentos que não a agradava, ficavam meses sem se falar, no entanto, casar foi, para ela, a maneira mais rápida que encontrou para sair de casa.

Como tinha muita briga lá em casa, eu tomei a decisão de vir morar com a minha tia aqui na rua. Quando eu cheguei aqui, estudando no colégio, conheci esse menino. Como eu estava doida pra sair da casa da minha tia,

¹¹ Os antropólogos chamam de família nuclear, dois adultos vivendo juntos num núcleo doméstico com suas crianças ou com crianças adotadas (GIDDENS, 2005, p. 152).

passsei seis meses namorando. Três meses numa boa, três meses intrigado. Eu sei que desse relacionamento a gente casou. Estava desesperada pra sair da casa da minha tia, casei e nunca fui feliz (HORTÊNCIA, 30/07/2013).

São poucos os momentos bons que recorda ter vivido no início do relacionamento e o que relata é permeado por conflitos. Saíam, divertiam-se, mas ao final as discussões iniciavam, culminando em agressões, as quais perduraram por todo o tempo em que permaneceram casados:

*Aguntei ainda 15 anos de sofrimento, criei meus filhos dentro de briga. Ele bebia, mas veio se tornar alcóolatra mesmo, vai fazer 19 anos que ele bebe muito. Porque foi quando meu menino nasceu, meu menino tem 18 anos e ele era louco pra ter um filho, e como ele já tinha um vício de beber continuou. Aquela fase, porque tinha tido um filho homem, aí continuou bebendo, bebendo, aí começou a não parar mais. Mas eu sofri demais no meu casamento, ele tentou matar meu filho duas vezes (**choro**), batia muito em mim, minhas filhas foram criadas no meio do desespero, entendeu? A gente pensa que só acontece isso nas novelas, não acontece na vida real, mas eu fui uma pessoa que sofri muito (HORTÊNCIA, 30/07/2013).*

Percebe-se que os problemas conjugais afetam, por conseguinte, os filhos, que presenciam e muitas vezes igualmente sofrem violência doméstica e familiar. Por isso, pressionam para que haja o rompimento da relação entre os pais:

*Minhas filhas são muito revoltadas, me chamavam de (**choro e soluço**) mal amada. Porque é assim, eu brigava, nós discutíamos, mas eu era louca por ele, entendeu? Eu não queria, assim, deixar ele, porque eu o amava demais. Quando eu vim deixar ele, eu já não estava aguentando mais. Quando as minhas filhas foram ficando, assim, de 12 pra 13 anos, aí elas cobravam muito de mim, porque eu num tinha coragem de deixar ele, eu era uma pessoa mal amada, sofrida (**choro**). E eu falava que não ia deixar porque aquilo era uma fase e que ele ia deixar de beber, a gente ia voltar a ser feliz, ia voltar a ser uma família feliz. Só que chegou o ponto que o meu amor acabou por ele, de tanto que eu sofri. A gente ficou separado por cinco anos (HORTÊNCIA, 30/07/2013).*

Após esses anos em situação de violência, vários fatores se desencadearam para que a relação fosse rompida. Um deles foi a relação conflituosa entre pai e filho, que resultou em uma agressão com grandes proporções, ameaçando a vida de ambos. No entanto, como podemos perceber no relato anterior, a entrevistada afirma que, mesmo com a cobrança e percebendo o seu próprio sofrimento e de seus filhos, a decisão de romper com a relação foi dela, muito embora não tenha ocorrido após a primeira agressão e se estendido durante muitos anos de casamento.

Ao relatar sobre as primeiras agressões, a narrativa é construída em forma de queixa, quando, segundo Gregori, “o narrador expõe um contexto – mediante fatos descritos –

para mostrar que ele é isento de culpa. Se é feita qualquer averiguação interna, ela só tem o sentido de expor a presença de um sofrimento” (GREGORI, 1993, p. 185):

Era tão triste, ele batia em mim, ele dava em mim, aí eu tinha vergonha de dizer que é... (pausa) porque eu gostava dele, era o pai dos... Nesse tempo eu só tinha uma filha com ele. Eu tinha vergonha de dizer que aquelas pancadas no meu rosto era ele que tinha... O pessoal, os vizinhos sabiam, só que eu não dizia, entendeu? Tinha vergonha de dizer e depois eu continuar com ele. Mas ele batia demais em mim. Às vezes eu ia para o hospital, dizia que tinha caído de escada, não tinha coragem de dar parte, porque eu gostava dele, aí eu sabia que eu ia dar parte e depois ia viver com ele, ia ser muito feio, e assim passaram-se muitos anos. Ele não deixava a gente dormir de noite, porque ele chegava bêbado, aí ligava o som na maior altura, aí ligava som, televisão, a gente num conseguia dormir de noite (HORTÊNCIA, 30/07/2013).

Nesta, podemos perceber que o fato de sentir vergonha da situação a influenciava a não fazer a denúncia na delegacia de polícia, pois sabia que gostava do marido e que não romperia com ele, o que também lhe envergonharia. Ainda sobre as primeiras agressões acrescenta:

Logo no início quando começou a briga, que eu não tinha coragem de reagir, teve um dia que eu tive que ir para o hospital, que ele danou tanto a minha cabeça dentro do vaso sanitário que isso meu ficou tudo preto (aponta para a região da testa e olhos), a sobancelha, é... o rosto, sabe? Eu sofri muito na mão dele, hoje eu não quero mal pra ele, mas também não quero nem ver ele na minha frente. Só quero ficar longe dele (HORTÊNCIA, 30/07/2013).

Importante destacar a afirmação de que aprendeu a ser violenta com o cônjuge em decorrência das agressões. Poderíamos assim, perguntar, como o fez Saffioti (1999), se a violência de gênero em geral ou doméstica especificamente são sempre recíprocas. Para a autora, não é sempre deste modo que ocorre, mas, se o fosse, a mulher certamente levaria desvantagem no campo da força física, dada as diferenças entre homens e mulheres. O que não significa que a mulher sofra passivamente as violências cometidas por seu parceiro, pois a mesma, de uma maneira ou de outra, sempre reage:

Depois ele dava muito em mim, eu num tinha força pra reagir, aí depois eu fui me tornando uma pessoa violenta também. Quando ele vinha bater em mim eu também dava nele, entendeu? Eu aprendi a não ter medo dele, porque de primeiro eu tinha medo, eu ficava quietinha, um bichinho lá. Depois eu fiquei assim, muito agressiva também. Às vezes, eu estava sentada, assim, sem mais nem menos, ele chegava em cima, passava, pisava nos meus pés, nas minhas pernas. Eu fui me revoltando, me revoltando, fui perdendo o amor por ele, aí eu comecei a ver ele diferente, entendeu? Não via mais com aquele amor que eu sentia antes. Foi quando eu comecei a ficar agressiva também. Foi muito ruim porque era muita briga, porque tanto ele batia em mim como eu batia nele (HORTÊNCIA, 30/07/2013).

Todavia, apreender a violência entre os cônjuges na perspectiva de que a mulher apenas reage é reforçar a imagem de um ser passivo e vitimado, além de manter implícita a ideia de que a violência é algo que diz respeito quase unicamente ao sujeito homem. Nas palavras de Gregori, “as mulheres apareceriam assim, como passivas, seja do ponto de vista que a define enquanto gênero, seja nas situações concretas nas quais ocorrem os conflitos e embates” (GREGORI, 1993, p. 125), muito embora sejam apontadas como vítimas em potencial da violência doméstica (ALMEIDA, 1988 apud SAFFIOTI 1999).

Ao discorrer sobre sua vida conjugal, a entrevistada demonstra que, enquanto estava envolvida na relação, percebia estar sendo explorada pelo ex-marido, mas deixa transparecer que, caso fosse ainda um casal, esta seria justificável:

Ele só vivia me chamando de rapariga, de tudo o que não presta ele me chamava. Tinha dia que eu me revoltava porque a pessoa passar o dia todinho trabalhando, vir pra casa pra cuidar das coisas em casa, ainda ser empregada do ex-marido, que nem marido meu era, e ainda levar nome de rapariga sem ser. Aí tinha dia que eu avoava em cima dele mesmo, desesperada, entendeu? (HORTÊNCIA, 30/07/2013).

Expõe também que o ex-marido tentou violentá-la sexualmente, por acreditar que ela estava em situação vulnerável devido ter ingerido quantidade considerável de bebida alcoólica. Além disso, aborda como as agressões as quais vivenciava acarretava nas agressões entre o pai e filho:

Como a gente era separado, teve uma festinha do outro lado da casa da minha vizinha, eu não tenho costume de beber assim, sabe? Tomei bem muita caipirinha, fui-me embora pra casa. Meu menino tinha saído pra dormir na casa da minha filha e a outra minha filha estava em Aracaju na casa do namorado dela, tinha ido passar as férias. Aí ele como viu que eu tinha bebido muito, ele queria fazer amor comigo e eu não quis, eu não cedi, entendeu? Em seguida eu liguei pra meu menino, meu menino veio, contei tudinho, nesse tempo ele tinha 15 anos, ele veio e dormiu em casa. Ele com raiva que meu menino chegou, não é? Quando foi no outro dia, eu tinha ficado deitada que tinha amanhecido com ressaca. Fiquei deitada no quarto. Eu sempre ficava no quarto que tinha porta pra ele não perceber que eu estava dentro de casa, porque se ele percebesse que eu estava dentro de casa, era briga com certeza. Aí eu fiquei deitada no quarto, ele começou a agredir meu filho, eu entrei de dentro, separei a briga, deu pra separar. Em seguida, ele estava passando ovo com bastante óleo, quando eu fui me virando ele jogou óleo quente no meu rosto. A mais recente foi essa (HORTÊNCIA, 30/07/2013).

Esta tentativa de ter relações sexuais sem seu consentimento não aconteceu uma única vez. Seu ex-marido entrou em crises de abstinência do álcool ao buscar tratamento para o alcoolismo. Mesmo separada dele, mas ainda convivendo sob o mesmo teto, ela cuidou

enquanto ele estava nesse estado. Aproveitando-se das circunstâncias, tentou novamente ter com ela relações sexuais.

Há uns oito meses, eu cheguei um dia de noite, eu era viciada no café, aí ele pegou colocou um calmante muito forte no café. Ainda bem que de noite eu não bebi, eu não tomei esse café, que ele sabia que quem tomava esse café era eu e meu filho. Ainda hoje meu filho tem o vício de tomar café e eu fiquei com medo, não tomo mais de jeito nenhum. Quando foi no outro dia bem cedo, de manhã, quando eu tomei o café, minha língua ficou aquele bolo bem grande, não é? aí eu pensei que era veneno, ainda gritei pra meu filho: não toma esse café, porque esse café tem veneno! Eu pensei que tinha veneno, porque eu nunca tinha sentido aqueles sintoma, entendeu? Nisso eu perguntei: tu colocasse veneno no café? Ele disse: eu coloquei nada. E realmente ele não tinha colocado veneno, tinha colocado calmante, uns comprimidos que ele colocou que se fosse veneno, pela quantidade que eu tinha tomado, eu acho que eu tinha sentido umas coisas piores ou chegar a ter morrido (HORTÊNCIA, 30/07/2013).

Através do que é descrito por Hortência percebe-se que não esteve submetida a um único tipo de violência isoladamente, mas a diversas outras: física, psicológica, moral e também sexual. De acordo com Safiotti, (1999, p. 84) “qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente”. Assim como são variados os tipos de violência, também o são os possíveis motivos da agressão, mas um deles é recorrente, o fato do ex-marido estar embriagado:

Não sei, acho que por causa da bebida também, num sei não. Ó, Porque eu não botava ponta nele, eu sempre fui uma pessoa trabalhadeira, que trabalhava pra ajudar ele, se perguntar a qualquer pessoa sobre a minha vida, ninguém vai dar uma ruim informação de mim, eu não sei não. Não sei se é porque também ele ficou muito, se tornou muito agressivo porque... Assim, eu sofri muito, aí eu fui... assim... eu gostava tanto dele, que eu dormia com ele, no outro dia eu amanhecia embaixo da cama, que ele me empurrava e eu aceitava dormir na cama. Ele me expulsava, me empurrava, não me deixava ficar na cama porque ele ficava atravessado, mesmo assim eu dormia em um cantinho, porque eu não queria sair de perto dele. Eu passei sofrendo dois anos, depois eu criei vergonha, decidi: eu não vou mais dormir na cama. Sofri mas aprendi a dormir num colchão no chão. Coloquei o colchão no chão e fiquei dormindo no quarto da minha menina (HORTÊNCIA, 30/07/2013).

Hortência recorda que as despesas da casa não eram todas por conta dele, mas o provedor da casa ainda era do marido: custeava a luz, água e alimentação. Ela ajudava ao comprar um calçado, comprar algum móvel para a casa. “Antes de beber ele era uma pessoa muito boa”, diz ela, muito embora, em outros momentos, descreva a personalidade do ex-marido, sem fazer correlação à bebida, como a de uma pessoa fria, covarde, acomodada, ao ponto de despertar dó, características estas que os tornam totalmente diferente.

Hortência rompeu a relação com o ex-marido, que depois da separação não a procurou para reatarm e atualmente tem uma relação íntima de afeto com outra pessoa. Afirma que, apesar das cobranças feitas pelos filhos, não rompia porque gostava muito dele. Só que chegou um momento em que não dava mais para insistir e se arrepende por não ter tomado esta atitude anteriormente. Fez isso quando percebeu que não gostava mais dele, mas sente por ele pena e atribui o fracasso do casamento à bebida.

*Eu sinto pena, sinceramente, eu sinto muita pena, porque se não fosse a bebida poderia ter sido muito diferente. A gente começou a discutir muito mesmo, nós discutíamos, quando me encontrava na rua cuspia, me chamava de doida, mangava de mim. Ficava mangando de mim (**choro**), às vezes eu passava, fingia que não me conhecia, aí mesmo assim eu gostava dele, quando ele vinha me procurar, eu aceitava numa boa. Hoje eu tenho até raiva, nunca fui mulher assim pra me negar na hora que ele precisasse de mim, só que depois eu criei vergonha na cara e vi que não valia a pena não. (HORTÊNCIA, 30/07/2013).*

A entrevistada afirma querer que ele arrumasse uma mulher para dele cuidar e a esse modo mostra que, em nossa sociedade, o papel social atribuído à mulher ainda é o de cuidar dos outros. Além disso, demonstra que “a imagem feminina foi sendo construída, destinando o lugar da mulher ao espaço privado, doméstico” (GREGORI apud CHAUI, 1993, p.133):

Eu queria muito que ele arrumasse outra mulher, entendeu? Que cuidasse dele, porque eu cuidava dele muito bem. Além disso, e mesmo a gente estando separado, eu saía para o serviço, nunca saí pra não deixar o almoço pronto, nunca deixei de lavar para ele, mesmo nós separados eu fazia tudo isso. Só que ele dormia no quarto dele e eu no meu, a gente não se falava de jeito nenhum, a gente passou 5 anos intrigados (HORTÊNCIA, 30/07/2013).

Margarida casou-se aos 14 anos, após um mês de namoro. Ela atribui essa decisão ao fato de não ter muita liberdade na casa dos pais e por crer que o casamento lhe proporcionaria isso. Conviviam bem, não havia violência na relação, mas acabou porque ele não sentia vontade de ter filhos e ela engravidou, fato que o fez abandoná-la no período de gestação. Retornou grávida para a casa dos pais, onde deu a luz a sua filha. Relata que antes de viver com o ex-companheiro, havia namorado o seu atual marido, reatando com o mesmo após o nascimento de sua filha.

*Voltei a namorar esse, com o atual, aí a gente resolveu a ir morar juntos, eu estava com 15 e ele com 16 anos, perto dos 16, que a gente tinha quase a mesma idade. Aí fomos viver, mas por ele ser muito novo, quando começou a aparecer filho, ele, entrando na adolescência, foi namorar, não é? (**risos**). Eu já tinha uma menina que minha mãe que criou e apareceu um dele, aí*

depois do segundo filho, aí pronto, desandou tudo (MARGARIDA, 02/07/13).

Depois do segundo filho ele começou a conhecer outras mulheres e a agredi-la, atitudes que não tinha no início da relação, pois ela afirma que não era agressivo nem através das palavras e lembra quando iniciaram as primeiras agressões:

Nessa época a minha primeira filha ainda estava comigo, ela tinha dois anos e seis meses. Eu lembro até a primeira vez que ele bateu em mim. Ele foi para o jogo e chegou bêbado em casa, e deitou-se lá. O dele se arrastava e a minha, a outra, a primeira, já andava, aí o pequenininho se arrastando foi mexer na porta, ficou fazendo barulho, por ele estar bêbado se irritou, sabe? E veio, puxou o menino. O menino pequenininho se arrastou, arrastou, ele botou ele lá no canto e a menina viu isso. O menino chorou um pouquinho e voltou e foi fazer a mesma coisa, aí ela foi tirar o menino, foi tirar o menino, foi quando ele veio e bateu muito nela, ela com dois anos e seis meses, bateu nela. Ele bateu nela com a havaiana, ele batia com a frente da chinela, bateu no rosto dela, ela ficou toda roxa, toda inchada, eu voei em cima dele pra tirar ele, minha sorte foi que minha tia morava de lado e me ajudou, mas ele bateu muito nela, por isso até que mãe tomou conta dela. Ele foi, falou: ou eu entregava minha filha à minha mãe ou eu ia viver com ele, ou com um ou com outro, não é? Minha mãe acabou tomando conta, foi meu erro, não é? que eu não devia ter feito, devia ter tomado conta da minha filha, aí terminei, abandonei, né? (MARGARIDA, 02/07/13).

Em relação aos motivos que desencadearam em agressões, afirma que depois que ele a agrediu pela primeira vez, tornou-se frequente e, na maioria das vezes que isso acontecia, ele havia ingerido bebida alcoólica. Porém, afirma ainda que ele fazia isso porque ela sempre ia atrás, falava alto com ele. Dessa maneira desagradava-o e culminava em agressões físicas. Diz Margarida:

Eu acho que não sei, a cachaça, não é? A bebida, que ele estava com ela na cabeça. A maioria das vezes que ele batia em mim era por causa da bebida, e acho que ele já estava atrás de arrumar outra pessoa mesmo e estava irritado comigo em casa, e cobrava dele também, cobrava por ele sair e não me levar e ficar em casa só com as crianças. Eu acho que o motivo que levava era isso. (MARGARIDA, 02/07/13).

Margarida aponta que, na maior parte das agressões, não em todas, ele havia ingerido bebida alcoólica, um agente catalisador da violência. Mas esse não é o único fator citado, acresce também a vontade dele em ter relações extraconjugais. Assim, como assinala Gregori, “é preciso rastrear o que tem e o que não tem sentido quando se atribui a responsabilidade de um conflito familiar ao uso da bebida. A alusão ao alcoolismo tem o sentido mais ou menos preciso de revelar uma fraqueza masculina” (GREGORI, 1993, p. 143).

Em seu relato, discorre ainda o fato de ser discriminada pela família do companheiro, por ter sido casada e ser mãe solteira, e, desse modo, não ser bem vista nesse núcleo familiar. Além disso, é recorrente apontar a infidelidade do companheiro e agrega a este fato outras questões que não têm relação direta com as possíveis traições:

Mas teve uma que ele, uma pessoa me falou que ele estava num bar com um colega e quatro mulheres. Eu sei que eu saí e fui ver se era verdade. Cheguei lá ele estava mesmo, estava até abraçado com ela e estavam todos bebendo. Eu cheguei lá, perguntei a ele, e era um dia de feira, perguntei a ele porque era que ele estava dia de feira e não tinha feito feira ainda, até o leite dos meninos estava faltando e estava com um mói de rapariga, falei até assim. Aí ele pegou no meu braço, saiu me puxando pra casa e quando chegou ao meio da rua ainda, bateu em mim porque eu estava chamando as meninas de rapariga, que eu nem sabia quem era pra estar falando aquilo. Eu falei pra ele que eu sabia, se eu estava falando que estava, porque eu sabia quem eram elas (MARGARIDA, 02/07/13).

O casal chegou a passar três anos separado: ele foi para Brasília e lá teve um relacionamento com outra mulher, deixando Margarida com os filhos ainda pequenos. Mas voltou para ficar com ela, escondido, pois não queria assumir o relacionamento, fato que a levou a exigir-lhe uma postura contrária, tendo isso resultado em agressão. Em seu relato é frequente a descrição das desconfianças que possuía em relação ao companheiro, e deste para com ela:

Teve outro dia também que ele quebrou a porta de um rapaz que trabalhava na... Assim, quando ele foi embora, aí eu resolvi estudar de novo, que eu só tinha até a terceira série. s três anos que ele passou lá, eu passei estudando. Aí ele começou a cortar ciúme desse porteiro da escola que eu estudava. Aí teve uma noite que ele foi, quebrou a porta do rapaz pra lá, dizendo que eu estava a fim desse cara, e o cara estava dando em cima de mim. Ele foi, quebrou a porta do rapaz, no outro dia a polícia foi lá, foi quando a gente terminou vindo morar aqui em Sumé, e aqui em Sumé ele bateu em mim umas duas vezes mais, não foi como era quando eu tinha um monte de menino pequeno, hoje em dia tão tudo criado, a mais nova tem 16 anos (MARGARIDA, 02/07/13).

Margarida permanece na relação, contudo, afirma que estão prestes a se separar porque ele está há mais de um ano em uma relação extraconjugal com uma mulher, a qual assegura já ter sido companheira de seu irmão por quatro anos. Entretanto, a separação ainda não aconteceu. Segundo ela, ele está pedindo constantemente outra chance, mas afirma saber que o mesmo não acabou com o outro relacionamento e manifesta seu desejo de fazerem as pazes, ficar bem. Ao ser questionada sobre os motivos que a levam a permanecer nesta relação, expõe:

Essa pergunta minha mãe me fez, mas eu não soube responder. Eu falei para ela que é porque eu gosto dele, muito dele, eu não imagino assim, uma vida

sem ele, sabe? Só que agora eu vivo trabalhando para mim, meus filhos estão criados, só o que me prende mais é que eu tenho um filho usuário de drogas e está internado, sabe? Mas o que eu tenho medo, o medo que eu tenho, eu nem sei, tem hora que eu paro pra pensar se é porque eu gosto muito dele, ou se é porque a dificuldade, não é? Não tenho muitas condições, aí eu imagino, será que eu vou conseguir manter tudo sozinha, sem a ajuda dele? Porque se... quando ameaça da gente separar, ele já passa 8, 15 dias sem ajudar, sabe? Com nada dentro de casa, aí a despesa é grande, não é? Porque só pra um é grande. Ele trabalha, é ele para um lado eu para outro, um faz uma coisa, outro faz outra, aí eu imagino: sozinha, será que eu vou conseguir? (MARGARIDA, 02/07/13).

Destarte, a entrevistada apresenta sentimentos aparentemente confusos para ela. Diz margarida: “Quando ele está distante eu tenho muita raiva dele, sabe? Só que quando ele está em casa perto de mim e que a gente não está discutindo, eu sinto aquela paz, aquela tranquilidade do lado dele. Não tenho raiva dele. Eu gosto dele”.

Além disso, aponta ao fato de ter um filho usuário de drogas que está em processo de recuperação, e este seria um dos motivos de permanecer na relação. A mulher sente medo de que, ao sair da clínica e vê-los separados, ele tenha uma recaída. Ainda sobre os sentimentos que possui, acrescenta:

O povo tem um dizer que mulher gosta de homem ruim, não é? Mas eu não sei, eu sou contra isso, eu sou contra essa que muita gente diz: se fosse uma pessoa boa, mas mulher gosta mesmo de sofrer, de apanhar, só gosta de homem ruim. Eu sou contra isso aí, porque quando a gente gosta mesmo, pra mudar o coração, o sentimento do coração, a cabeça é uma coisa, não é? e o coração é outra. Se eu pudesse, eu já tinha deixado ele, eu já não queria nem vê-lo pintado a ouro na minha frente, mas chega um momento que eu não consigo (MARGARIDA, 02/07/13).

Margarida percebe-se entre a razão e a emoção e, guiada pela última, não consegue romper com a relação. Assim como as relações afetivas com os companheiros/cônjuges de Margarida e Hortência possuem suas particularidades, os relacionamentos pelos quais passou Violeta também possuem. No período em que morou com a sua mãe biológica na cidade de São Paulo, aos 16 anos, iniciou um relacionamento com um rapaz que lá conheceu e ficou morando com ele após sua mãe retornar para o Cariri paraibano. Viveram três anos juntos e terminaram a relação por incompatibilidade de ideias, sem agressões de nenhuma natureza. Após o término do relacionamento, engravidou de seu primo e omitiu de sua mãe quem era o pai da criança para não ter que se justificar.

Vim para cá, para casa da minha mãe verdadeira, tive meu filho, aparentemente era filho de um baiano, que eu tive problemas com álcool. A partir desse momento que eu, tipo, eu me envolvi com o meu primo e depois fiquei grávida, aí eu comecei a me guardar ali no álcool, sempre bebia, bebia muito, mesmo grávida, aí depois que o meu filho nasceu, eu fiquei

sempre em casa, eu não saía, eu tinha pavor de sair de casa. Quando ele completou 2 anos eu conheci um cara, a gente começou a namorar, eu estava super carente. Um dia eu saí, fui ao orelhão, eu morava com minha mãe. Eu sempre ia encontrar com ele na casa dele. Saí da casa dele, ele estava dormindo, fui ao orelhão, quando eu voltei, ele me deu um soco, só que, assim, eu fui embora pra casa chorando. Aí quando foi à noite fui atrás dele, aquilo ali pra mim era como se fosse assim: ele está me batendo, mas mesmo assim eu gosto dele, não importa (VIOLETA, 01/08/2013).

Após sete meses de namoro, foi morar no Rio de Janeiro e deixou seu filho com a mãe. Em menos de um mês, ele a agrediu e, nesse momento, Violeta sentiu que não havia feito a escolha correta, pois onde morava era ocupado por criminosos que comandavam a localidade, que, ao tomarem conhecimentos das agressões entre o casal, ameaçaram expulsar do bairro seu ex-companheiro, caso voltasse a perturbá-la, fato que não aconteceu dentro da favela, mas em seu entorno, onde ela trabalhava:

Um dia um rapaz chegou pra mim e falou assim, que eu conheci ali mesmo: porque você não finge que está namorando comigo pra esse cara te deixar em paz? Eu falei assim: Não. Por que não! Vamos ver isso. Daí ele foi, a gente fingiu que estava namorando. Numa festa que teve Desejo de Menina, a gente foi, e foi só eu dar a mão para esse cara que ele nunca mais olhou pra minha cara, ele nem olhou mais para trás, que eu achei que não seria tão fácil. Eu saí de uma, mas entrei em uma pior, porque esse cara que eu fingi estar namorando, ele era uma pessoa assim, aparentemente muito carinhosa, não era bonito, eu pensei: Poxa, ele não precisa ser bonito, mas ele trabalha e é gente fina. Pronto, foi daí, foi só eu perder o emprego para eu morar junto com ele para poder acabar, minha vida acabar. Porque eu falei em arrumar emprego, comecei a morar com ele mesmo, falei em arrumar emprego, foi a primeira surra que eu levei (VIOLETA, 01/08/2013).

A entrevistada afirma que no início tinham uma boa relação, mas ele sempre foi agressivo. Assevera ainda ter permanecido na relação por não querer pedir ajuda à sua mãe, visto que a mesma já havia lhe alertado que não daria certo ir para o Rio de Janeiro com o namorado. Assim, continuou na relação, sendo por ele agredida física e verbalmente, até que decidiu romper:

Um dia eu tomei coragem de largar ele e, assim, eu não podia ir lá aos bandidos falar pra eles, por quê? Porque uma vez eles já tinham conversado com ele de uma surra que ele tinha me dado no meio da rua, aí falou que se ele não me largasse e ambas as partes ficassem juntas, na próxima briga de nós dois, apanhava ele e apanhava eu deles, entendeu? Aí pronto! Era onde estava meu receio de chegar junto e dizer que ele não me largava de jeito nenhum. Fui apanhando de todas as vezes e conseqüentemente eu não comia mais, eu num queria saber mais de nada, aí fiquei tipo submissa a essa vida. Até que eu resolvi sair de casa. Quando eu cheguei na casa da minha amiga com a minha roupa, que estava tudo certo, descobri que estava grávida (VIOLETA, 01/08/2013).

Pelo fato de estar grávida, acabou voltando para ele, acreditando que o mesmo mudaria por causa da criança. Afirma que não gostava dele, mas tinha medo. Em menos de três meses de gestação ele a agrediu fisicamente, o que ocasionou em risco para a vida do bebê, já que ela teve sangramento. As agressões perduraram durante a gravidez:

Quando eu estava com oito meses e alguma coisa, ele me derrubou da escada, e era surra em cima de surra, eu não estava aguentando e eu não tinha ação para reagir. Até que um dia eu tive o meu filho, e sempre a agressão era por nada, por qualquer coisinha que eu falasse ele já me batia que não agradasse ele. Meu filho estava com quatro meses, aí eu falei para ele assim, ele tinha acabado de chegar do serviço, que ele trabalhava à noite, sempre chegava de manhã, aí ele falou assim, que eu tinha passado pano na casa, aí ele falou: Que cheiro de camisinha é esse? Porque o cheiro de desinfetante, ele tem um cheiro que tem certas camisinhas que tem o cheiro, não é? Eu falei: está maluco. Só porque eu falei isso, nossa! Ele bateu tanto em mim com o meu filho no colo, foi a gota d'água (VIOLETA, 01/08/2013).

Após esta situação, dirigiu-se à delegacia da mulher acompanhada pela mãe dele. A entrevistada narra como foi o atendimento nesta instituição e a maneira como essa ação refletiu em suas decisões no que diz respeito ao rompimento da relação:

Chegando lá, eu fiz o BO e depois eu fui pro IML fazer o corpo de delito, só que assim, eu fiz o BO sabendo que a carta ia chegar pra ele depois de 15 dias. O rapaz falou: depois de 15 dias vai chegar carta pro seu marido. De lá mesmo eu levei, tipo, um BO pra entregar pra ele, pra ele tar afastado de mim 150 metros. Até então se ele chegasse perto de mim, a polícia poderia vir e prender ele. Só que quando eu cheguei a casa eu fiquei com medo, entendeu? Por mais que ele fosse preso, mas antes de ser preso ele ainda ia bater em mim. Aí o que foi que eu pensei: Daqui uns 15 dias vai chegar a carta do BO o chamando pra comparecer lá, e eu vou ver o que é que eu faço. Tinha um dinheiro de um seguro desemprego para eu receber. Simplesmente ele chegou no outro dia, que eu não tinha dinheiro nenhum, ele tinha 2 reais na carteira, eu esperei ele dormir, peguei os documentos do meu filho, os meus documentos e fui para o banco receber o meu dinheiro, fui pra rodoviária e vim embora com a roupa do corpo e até hoje eu estou aqui (VIOLETA, 01/08/2013).

O documento que a entrevistada diz ter sido orientada a entregar ao companheiro, ao qual se refere como sendo o Boletim de Ocorrência, seria a medida protetiva e como reza a Lei 11.340/06, em seu Art. 21, Parágrafo único, “a ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor”. Além da falta de conhecimento ou preparo dos profissionais, esse relato revela a vulnerabilidade à qual a mulher fica exposta, uma vez que, exceto os casos em que o agressor é preso em flagrante ou tem a prisão preventiva decretada, o mesmo pode atentar contra a companheira/ex-companheira que realizou a denúncia.

Há quatro anos rompeu com a relação. O seu ex-companheiro tornou-se usuário de crack, e, portanto, dependente químico. Ao refletir a respeito desses fatos passados, Violeta diz não mais sentir vergonha ao falar sobre os mesmos e acresce: “tudo é da forma que Deus quer, mas você só permanece naquela situação se você quer, entendeu? Não há ‘não, eu não vou denunciar ele porque ele vai me matar’, não, mas se você não denunciar ele vai te matar do mesmo jeito”. Além disso, reconhece que possuía autonomia na condução de sua vida:

Hoje eu sou uma pessoa diferente, hoje eu tenho assim, eu tenho minha casa, tenho meus filhos, eu não preciso passar por certas situações só por passar. Entendeu? Porque ali eu passava só por passar, porque eu podia muito bem ter feito minha escolha e ter saído, nem olhado para trás, como eu fiz no último recurso (VIOLETA, 01/08/2013).

Acredita ter superado facilmente as consequências das relações permeadas de violência com as quais se envolveu, uma vez que afirma ter ficado com receio de conversar, envolver-se com algum homem, por acreditar que todos seriam iguais, haja vista terem sido duas relações violentas consecutivas, fato atualmente superado. Relata que as primeiras agressões ocorreram logo no início do relacionamento, quando ela demonstrava querer fazer alguma coisa, a exemplo de trabalhar fora do domicílio, pois ele expunha que ela não precisava trabalhar. Segundo Violeta, ele não lhe dava nada, mas achava que a comida que ele comprava era o suficiente. Ainda em relação às agressões, afirma que eram sempre por motivos fúteis.

Violeta não permanece na relação, manifesta o desejo de que ele parasse de usar drogas, pois pensa também no filho que tem com o ex-companheiro. Além disso, atribui a decisão de ter rompido relação e ter procurado ajuda na delegacia após dois anos de agressões, devido ao fato dele tê-la agredido enquanto segurava seu filho no colo e diz que o sentimento que possui atualmente por ele é pena, mas que outrora já sentiu ódio. Diz violeta: “Eu tenho pena dele porque ele não vai arrumar mulher nenhuma, só que ele já tinha antecedente de agressão. Entendeu? Com mulheres, que ele teve uma mulher em Natal e batia muito nela. Eu fui saber depois que eu fui agredida diversas vezes por ele”.

Ao analisarmos estes relatos percebemos que alguns elementos são recorrentes nas relações afetivas das entrevistadas, tais como, a presença do álcool enquanto um agente catalisador da violência, relatados por Margarida e Hortência, assim como, o próprio casamento, que para elas tornou-se, *a priori*, uma oportunidade de adquirir a liberdade que não possuíam no seio de suas respectivas famílias.

Algo comum a todas é o fato do período de namoro ter sido muito curto para conhecerem o companheiro com o qual iriam estabelecer uma união estável, pois se deduz que, nesse espaço de tempo, muitas vezes, não seja possível saber se o companheiro é uma pessoa violenta ou não. Ademais, a pesquisa revela-nos que as mulheres entrevistadas possuem autonomia e nos casos em que relataram sobre a decisão de separarem-se a atribuem para si.

Sabe-se que algumas mulheres, mesmo depois de separadas, sofrem perseguição e violência de seus ex (maridos, companheiros ou namorados), isso, não ocorreu com as entrevistadas que romperam com a relação.

Os aspectos apontados pelas entrevistadas nos ajudam a compreender como “numa sociedade em que os meios de comunicação de massa tornam pública a existência de condições para que as mulheres não mais fiquem caladas, umas apanham e se revoltam, outras não” (GREGORI, 1993, p. 130). Acresce a isso o fato de existir no país uma lei específica para tratar da violência doméstica e familiar contra a mulher.

No próximo tópico, abordaremos alguns elementos importantes para compreendermos a dinâmica da violência nas histórias de vida relatadas, a saber, o que as entrevistadas compreendem por violência e quais os motivos que as conduziram até uma instituição para auxiliá-las no enfrentamento a esse problema.

4.3 Violência e atendimento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Todas as entrevistadas estavam em processo de atendimento pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.)¹². No entanto, as circunstâncias e motivos que as conduziram até esta instituição diferem.

Margarida não havia procurado ajuda de outras instituições antes de ser atendida no CREAS, e só buscou auxílio após dez anos de agressões. Não foi por iniciativa própria que passou a ser atendida, mas devido ao atendimento de seu filho usuário de drogas:

¹² Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/creas>

Eu nunca procurei ajuda não. A primeira vez foi essa mesmo, através do menino. Eu tinha medo de procurar e terminar prejudicando ele, de chegar a justiça e ele chegar a ir preso, eu nunca quis que ele fosse preso por causa disso (MARGARIDA, 02/07/13).

Como o atendimento não é específico para a mulher, destina-se a todos os membros da família, após a assistência ao adolescente, foi detectado que ela se encontrava em situação de violência doméstica e familiar e passou a ser também atendida pelos profissionais da instituição.

Os motivos de não procurar ajuda estão intimamente relacionados à sua preocupação de haver, após essa atitude, o rompimento da relação com seu parceiro e por isso mesmo também não realizou a denúncia na delegacia, receosa de que o companheiro não retornasse para a residência do casal. Diz ela:

Eu acho que eu tinha medo dele sofrer lá e depois não querer voltar pra casa. Só isso. Não era nem medo dele chegar a judiar comigo depois não, sabe? Era somente medo dele passar por essa situação e depois não querer voltar (MARGARIDA, 02/07/13).

Este relato demonstra a complexidade da violência doméstica e familiar, que vai muito além de um caso de polícia, pois existe entre os sujeitos envolvidos nas relações violentas um envolvimento que é também afetivo, o que dificulta e, muitas vezes como foi narrado, impossibilita a denúncia para que as medidas cabíveis a quaisquer atos criminosos sejam realizadas.

Margarida conhece outras mulheres que sofreram violência doméstica, mas não procuraram ajuda de nenhuma instituição, inclusive no seio de sua própria família. Afora a sua mãe, afirma ter presenciado o seu irmão agredir a sua cunhada.

A entrevistada recorda ainda de uma ocasião em que seu companheiro, por ciúmes, tentou violar a residência de um rapaz, supostamente por ela interessado, porteiro da escola na qual havia estudado. Tendo isso feito, tentou manter relações sexuais sem o seu consentimento. Ao ser intimado a comparecer à delegacia, seu companheiro a induziu a falar para os policiais que ele estava em casa no horário da ocorrência e, assim, ela o fez. Na delegacia de polícia, diz Margarida:

O delegado faltou com respeito. Acho, não sei! Falaram que ele tinha bebido à noite, o delegado. Aí ele faltou com respeito, com palavra feia, sabe? Falou palavra feia comigo lá dentro, que não sabia como era que uma mulher defendia um homem. Parecia que tinha açúcar, que estava ocorrendo essas coisas por causa de mim, além de ter passado, o delegado faltou com respeito. Falaram que se eu tivesse testemunha podia até processar ele. Mas eu cheguei mentindo também, não era pra ter mentindo pra ele não (MARGARIDA, 02/07/13).

Percebe-se assim, que existe um despreparo dos profissionais e também há resquícios do patriarcalismo nesta instituição, representada pelo delegado de polícia, que a ela atribui a culpa do ato criminoso do seu companheiro. Por conseguinte, tal atitude reflete a maneira como a mulher ainda é socialmente desvalorizada.

A entrevistada, ao ser questionada sobre o que considera violência, diz não saber explicar, mas, em linhas gerais, afirma: “eu acho que é falta de amor mesmo, falta de pensamento, de consciência, não sei”.

Hortência, ao relatar a relação violenta a qual vivenciava, afirma que não procurou ajuda após as primeiras agressões porque gostava do ex-companheiro e chegou ao CREAS através de indicação da agente de saúde do seu bairro. Os motivos que a conduziram foi a oportunidade que teria para conversar com a psicóloga sobre o problema que a afligia, posto que não possuía coragem para contá-lo a outrem, por se sentir envergonhada com a situação:

Eu tinha esperança que ele ia deixar de beber e a gente ia criar os filhos da gente feliz. O motivo foi esse d'eu não procurar ajuda e também por vergonha. Dá vergonha, porque eu tinha medo de procurar ajuda e depois ter uma recaída e ficar com ele, entendeu? Porque eu gostava dele, aí eu tinha medo. Não está vendo eu dizer que eu ia pro hospital e dizia que tinha caído da escada, que estava passando pano na casa, escorregava e caía, mas não era, era murro demais. Teve um dia que eu fiquei quase pelada, ele arrancou meus cabelos todinho, puxando, puxando, que quando eu ia pentear era como se eu tivesse uma queda de cabelo enorme (choro) (HORTÊNCIA, 30/07/2013).

Assim, o CREAS oferece atendimento as mulheres que se encontram em situação de violência doméstica, sem que estas necessariamente façam a representação na delegacia das agressões, servindo como mediadora de conflitos familiares.

Por diversas vezes, em decorrência das agressões, a entrevistada teve que recorrer ao hospital para tratamentos das lesões. Como assinala Almeida (1998, p. 35), “o impacto da violência doméstica, é extremamente nocivo à saúde da mulher [...], o que seguramente, acarreta a elevação dos serviços de saúde, com vistas à medicalização de um problema, que é antes de tudo, político, cultural, jurídico”.

Antes de ser atendida no CREAS, não havia procurado auxílio em outra instituição e não conhece nenhuma mulher que tenha sofrido violência doméstica, muito embora afirme que depois de ter sido agredida por seu companheiro, se porventura soubesse de algum caso de violência doméstica e familiar, o denunciaria.

*O que eu passei, e souber que tem uma pessoa na minha rua ou em qualquer canto que esteja passando, eu tenho coragem de vir e denunciar. Porque a gente que está de dentro, a gente não tem coragem não, entendeu? Mas depois que a gente toma a atitude, não quero que ninguém passe pelo que eu passei. É muito triste, mulher (**choro**), eu já tomei tanto remédio, pra pancada em cabeça, pancada em perna, chute em perna que ele me dava, ficava aqueles hematomas bem grandes. Eu saber que tem uma pessoa passando por isso, sem ela saber que eu fiz, mas eu tomo uma atitude. Eu tenho coragem de dar parte, entendeu? Na hora que tivesse passando, eu tinha coragem de ir (HORTÊNCIA, 30/07/2013).*

Ao refletir sobre a violência, atribui-a a questões de ordem psicológica, decorrentes de problemas mal resolvidos na infância. Acredita que por isso as pessoas tornam-se violentas, agressivas. Em sua reflexão, percebe-se uma tentativa de atribuir características patológicas às ações agressivas do marido, uma vez que não encontra justificativa plausível para tais.

Violeta, da mesma maneira que Margarida, não buscou ajuda no CREAS, iniciou o acompanhamento nesta instituição em consequência de outros problemas. Nesse caso, havia perdido a guarda temporária dos filhos em decorrência do alcoolismo, e só a recuperaria se recebesse acompanhamento da psicóloga e frequentasse o grupo de Alcoólicos Anônimos.

Ela ressalta que não procurou ajuda em uma delegacia após as primeiras agressões em nenhum dos relacionamentos em que esteve envolvida. No primeiro porque estava apaixonada e não queria romper a relação, e no segundo por receio que o companheiro a agredisse e chegasse até mesmo a atentar contra sua vida. Mas depois decidiu fazer a representação e saiu às escondidas da cidade onde moravam por medo dele, como foi relatado em linhas anteriores. Afirma ter conhecimento de casos outros, de mulheres que sofrem violência doméstica, mas não procuraram auxílio em nenhuma instituição, inclusive, relata um o ocorrido em sua própria família:

Tem um caso de uma prima minha, que ela arrumou um namorado mais novo que ela, e que, de vez em quando, ele bebe uma e mete a porrada nela. Ela fica gritando, mulher, pelos vizinhos. Quando os vizinhos vão lá chamar a segurança ou a polícia ela diz que não é nada. Aquilo me mata. Olhe! Uma vez eu chamei a polícia, a polícia veio, ela disse que ele estava se matando. Eu não dei mais nem cartaz, que aquilo me matou, entendeu? Que eu liguei dizendo que era eu, que era minha prima que estava sofrendo agressão (VIOLETA, 01/08/2013).

Ao refletir sobre a violência, a percebe para além das agressões físicas, enfatizando a violência verbal, mas afirma ter notado isso após ter passado pela situação, pois, até então, não tinha esse entendimento. Sobre o posicionamento da mulher na relação violenta, diz Violeta:

Eu acho que a mulher apanha só até onde ela quer. Hoje eu tenho essa opinião, ela apanha até onde ela quer, porque o homem que bate na mulher, assim, com frequência, que eu acho, assim, que o homem que mata uma mulher ele não vem batendo nela, sabe? Sequencialmente, ele não vem batendo nela, ele vai lá e mata. Agora homem que fica batendo, ele não tem coragem de matar, porque numa primeira raiva, num instante você vai lá e mata, acabou, entendeu? Não fica batendo, batendo, batendo, não. Hoje, sinceramente, eu falo pra você, eu apanho a primeira, mas a segunda vez eu num apanho não. Porque a casa é minha, quem manda nela sou eu e só entra quem eu quero (VIOLETA, 01/08/2013).

Assim, Violeta demonstra que o fato de não permitir que as agressões em outras relações ocorram e sejam recorrentes está relacionado à sua independência financeira, que a permite conduzir sua vida.

Essas mulheres que, como afirma Almeida (1988, p.21), “escaparam para contar suas histórias, e narrar como experimentaram densas relações de poder”, demonstram em suas narrativas, a complexidade da violência doméstica e familiar contra a mulher.

As entrevistadas, exceto Hortência, não procuraram auxílio do CREAS em decorrência das relações de violência que vivenciavam com seus companheiros/ex-companheiros, mas por problemas outros.

Ademais, nenhuma procurou auxílio de instituições para enfrentamento do problema após as primeiras agressões, receosas de que a relação afetiva fosse rompida. Gostariam apenas que os companheiros deixassem de agredi-las. Somente Hortência fez a denúncia em uma delegacia de polícia, mas não sentiu segurança na resolução do problema e agiu por conta própria, tendo que sair às pressas da cidade.

No entanto, ao ser detectada a situação de violência doméstica e familiar à qual estavam submetidas, o atendimento no CREAS servia como um importante auxílio para superação das sequelas psicológicas resultantes da violência.

Estas mulheres percebem a violência, através dos exemplos que foram apontados, enquanto uma má conduta, com conotações negativas, e não estendem a reflexão, a não ser Violeta, que percebe a violência para além das agressões físicas.

Apesar das histórias de vida referirem-se, *a priori*, a três mulheres, percebe-se, a partir dos relatos, que outras mulheres sofreram violência doméstica e familiar, mas não se dirigiram a nenhuma instituição para enfrentamento do problema, assim como as entrevistadas não foram ao CREAS com esse propósito.

Enfim, por termos conhecimento de que, em 2008, o Superior Tribunal de Justiça – STJ – reconheceu que a violência doméstica, na forma de lesões corporais, constitui um

delito de ação pública incondicionada, isto é, não necessita de manifestação da vítima para que a ação penal seja instaurada, pondo fim a um dos debates jurídicos sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha (PASINATO apud BRASIL, 2007), surgiu um questionamento ao realizarmos esta pesquisa sobre os motivos pelos quais os profissionais da instituição na qual foi realizada, ao constatarem que as mulheres atendidas estavam em situação de violência doméstica e familiar do tipo física, não acionaram a delegacia de polícia para que houvesse a representação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto neste trabalho, no que concerne à violência doméstica e familiar contra a mulher, problema que, apontado pelos movimentos de mulheres e feministas na década de 70, ganhou ênfase nos estudos dos centros de discussões teóricas, percebe-se que este ganhou nas últimas décadas um interesse igualmente relevante nas esferas do poder público, o que é perceptível a partir da criação da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

A contribuição destas iniciativas para a minimização dos danos causados pelo problema é bastante significativa, haja vista que estão incluídas nessa rede, instituições que atendem às necessidades das vítimas de violência através de atendimento social acompanhado por assistente social, acompanhamento psicológico individual, bem como atividades de conscientização sobre os direitos das mulheres atendidas.

Outro mecanismo que apresenta ser de suma importância é a Lei 11.340, conhecida por Lei Maria da Penha, com o fim de coibir a violência doméstica e familiar e de fornecer amparo legal para as mulheres que se sentem afligidas por este problema. Todavia, ressalta-se que o fato da existência desta Lei, por si só, não garante que este objetivo concretize-se, tampouco o fato de existirem instituições de serviços especializados ou não especializados para o atendimento as mulheres.

É necessário analisar o comportamento dos atores das instituições responsáveis pela execução de tais políticas, pois, em vários momentos dos relatos das entrevistadas, aparecem procedimentos errôneos deles, o que pode acarretar em entraves para a aplicabilidade dos termos da Lei.

A história de vida das entrevistadas nos permitiu compreender, através dos dados da pesquisa, a complexidade desse fenômeno social, o qual é, antes de tudo, um problema político e cultural. Percebemos também que a violência perpassa todas as etapas de vida percorridas pelas entrevistadas, bem como vislumbramos a existência de diversos elementos em comum entre elas.

Na infância, sofreram em decorrência da violência doméstica e familiar, seja em nível emocional e psicológico, ao presenciarem as agressões, ou até mesmo por sofrerem esse tipo de violência física e sexualmente. No núcleo familiar que constituíram conjuntamente com seus cônjuges/companheiros, a mesma ressurge, englobando, como outrora, todos os

membros da família, sendo que o casamento, para elas, torna-se, *a priori*, uma oportunidade de adquirir a liberdade que não possuíam no seio de suas respectivas famílias.

As entrevistadas, exceto Hortência, não procuraram auxílio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social em decorrência das relações de violência que vivenciavam com seus companheiros/ex-companheiros, mas por problemas outros. Todavia, necessitavam de acompanhamento psicológico oferecido por esta instituição.

Percebe-se que, do mesmo modo que as desigualdades de gênero, de uma maneira mais ampla, por serem histórica e socialmente construídas podem ser transformadas, fazendo-se indispensável a intervenção estatal, assim também o é a violência contra a mulher, enquanto um dos expoentes dessas desigualdades.

Este estudo torna-se importante para apreendermos esse fenômeno no município no qual foi realizada, e não tão-somente neste, mas também no Cariri, pois, embora tenha versado sobre a história de vida de três mulheres que possuem suas peculiaridades, revela, concomitantemente, questões que dizem respeito a um contexto sociocultural mais amplo. Além disso, pode ser um ponto de partida para o desenvolvimento de pesquisas outras para aprofundar a compreensão do referido tema nesta localidade.

Por fim, através dos dados divulgados nesta pesquisa, a exemplo dos dados do Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, os quais apontam para os altos índices de violência doméstica e familiar contra a mulher no cenário brasileiro, observa-se a importância de inserir a temática nas aulas e nos manuais de Sociologia para o Ensino Médio. Esta indicação apoia-se também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, a qual determina que, ao término do Ensino Médio, o educando deverá apresentar domínios de conhecimentos de sociologia necessários ao exercício da cidadania. Assim, compreende-se que abordar o tema da violência de uma maneira mais ampla – e a violência doméstica e familiar contra a mulher, especificamente – é de grande relevância para alcançar este objetivo, que fundamenta a existência da disciplina no currículo da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely Souza de. Violência doméstica e políticas públicas. In: **Femicídio: Algemas** (in) visíveis do público-privado. Editora Revinter: Rio de Janeiro, 1998.

ARAÚJO, Maria de Fátima; MARTINS, Edna Júlia Scombatti & SANTOS Ana Lúcia dos. Violência de Gênero e Violência contra a mulher. In: ARAÚJO, Maria de Fátima & MATTIOLI, Olga Ceciliato (orgs.). **Gênero e Violência**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

ARENDDT, Hannah. **Sobre la violencia**. Madrid: Alianza Editorial, 1970. Tradução: Maria Claudia Drummond. Data da Digitalização: 2004. Disponível em: <www.libertarianismo.org/livros/harendtdv.pdf>. Acesso em: 07 set. 2013

BONI, Valdete & QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em sociologia Política da UFSC**. v. 2, n. 1(3), p.68-80, jan.-jul. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. trad. Maria Helena Kuhner. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional: lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.

_____. Presidência da República. **Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.015 de 07 de agosto de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm>. Acesso em: 07 set. 2013.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. In: **Estudos Feministas**, Santa Catarina, 2004. (p. 47-71)

FERREIRA, Líbna Naftali Lucena. **Imagens da arte: a cidade de Sumé/PB e o ensino das artes visuais**. João Pessoa, 2012. Programa associado de pós-graduação em artes visuais Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

FIGUEIRA, Kamila Thais da Silva. **O atendimento aos autores da violência conjugal contra a mulher: Um estudo de caso**. Brasília, DF, 2011. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Monografia de Prática e Pesquisa II. Universidade de Brasília, 2011.

GALVÃO, Sheylla de Kassia silva. **Quando a violência tem voz: Percepções da Violência de Gênero e Violência Doméstica a partir de Um Estudo da Ocorrência de Violência**

Relacionada a Casos de Atendimento à Família no Escritório Modelo de Advocacia da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2004. Departamento de Serviço Social. Monografia do curso de especialização em atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004. Mimeografado.

GIDDENS, Antony. **Sociologia**. Trad. Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de Pesquisa social**. 6. ed. 3. reimp. São Paulo: Atlas, 2010.

GREGORI, Maria Filomena. As desventuras do vitimismo. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, p. 143, 1993.

_____. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=251630&search=paraibalsum%E9>>. Acesso em: 13 set. 2013.

LEMOS, F.C.S; GUIMARÃES, J.L & JUNIOR, H.R.C. A produção da violência doméstica contra crianças e adolescentes. In: ARAÚJO, Maria de Fátima & MATTIOLI, Olga Ceciliato (orgs.). **Gênero e violência**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, v. 2, p. 58-59, 2004.

MARIANO, Silvana Aparecida. **Incorporação de Gênero nas Políticas Públicas: Incluindo os Diferentes na Cidadania**. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2003, Santa Catarina.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom & HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDES, Mary Alves & SILVA Poliana Sousa. **Gênero, educação e violência: a influência do processo de socialização e qualificação profissional nas deams**. In: VI ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, Piauí, 2010.

MONTEIRO, José Marciano et al. Conselho de direitos e direito nos conselhos o papel dos conselhos de direitos no processo de democratização. In: **Cidadania, educação e direitos humanos no semiárido**. José Irivaldo Alves de Oliveira Silva et al. (org.). Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, agência e estado: Teoria com intensão comparativa**. Ed. Paz e Terra, 2011.

PASINATO, Wânia. Contribuições para o debate sobre violência, gênero e impunidade no Brasil. In: **São Paulo em perspectiva**, 2007. (p. 5-14)

PAULILO, Maria Angela Silveira. A pesquisa qualitativa e a história de vida. In: **Serviço social em revista**, v. 2, n. 1, p. 135-145, 1999.

PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS 2009. In: **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**. IBGE: Rio de Janeiro, 2010.

ROJAS SOREANO, Raúl. **Manual de pesquisa social**. trad. Ricardo Rosenbusch. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999.

SANTOS, Cecília MacDowell, & IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. In: **EIAL: Estudos Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, 2005, p. 147-164.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1993.

SENADO FEDERAL. **Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a situação da violência contra a mulher no Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: <www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1>. Acesso em: 06 set. 2013.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em: <spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>. Acesso em: 06 set. 2013.

SECRETARIA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=104257&tp=1>>. Acessado em: 06 set 2013.

ANEXOS

ANEXO A:

ROTEIRO DE CONDUÇÃO DE ENTREVISTA

PARTE I (Dados pessoais da entrevistada)

- Identificação da entrevista
- Idade
- Cidade Natal
- Escolaridade
- Profissão
- Renda

PARTE II (Blocos temáticos com questões a serem discutidas pelas entrevistadas)

Bloco 1- Infância (relação com o pai e irmãos/família)

1. O que você lembra da sua infância em relação à sua família?
2. Como era a sua relação com seu pai e irmãos (se houver)?
3. Você lembra de ter presenciado alguma situação de violência na sua infância no ambiente doméstico? Poderia falar sobre ela?
4. Como era a relação do seu pai e da sua mãe?
5. O que você se lembra da sua infância sobre a sua mãe?

Bloco 2- Casamento/envolvimento afetivo (relação com o namorado (a) e/ou cônjuge)

6. Como era sua convivência com o (a) parceiro (a) no início da relação afetiva?
7. Você lembra quando começaram a ocorrer as primeiras agressões?
8. E como eram?
9. O que você considera violência?
10. A quais motivos você atribui essas agressões?
11. Você continua com o (a) parceiro (a)?
12. Caso a pergunta anterior seja afirmativa, pergunta-se, o que conduz você a permanecer nessa relação?

13. Caso a pergunta seja negativa, pergunta-se, a que atribui a decisão de romper com a relação?
14. Qual o sentimento que você tem atualmente por seu parceiro?
15. O que você queria que acontecesse?

Bloco 3- Violência (violência doméstica e Atendimento no Centro de Referência).

16. Depois de quanto tempo sofrendo agressões decidiu procurar ajuda do CREAS?
17. Por quais motivos você não procurou auxílio após a primeira agressão?
18. Antes de vir ao CREAS já havia procurado apoio em outra instituição (lugar)?
19. Você fez a representação (prestou queixa) da agressão na delegacia?
20. Você conhece alguma mulher que sofre violência doméstica, mas que não procura ajuda das instituições, a exemplo do CREAS?